



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LINAIANE SOARES DANTAS

ORIGEM E REFLEXOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DE
RUA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

CAJAZEIRAS-PB

2017

LINAIANE SOARES DANTAS

**ORIGEM E REFLEXOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DE
RUA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

CAJAZEIRAS-PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras – Paraíba

D192o Dantas, Linaiane Soares.

Origem e reflexos da territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras-PB / Linaiane Soares Dantas. - Cajazeiras, 2017.

69f.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo.

Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2017.

1. Moradores de rua - Cajazeiras - paraíba. 2. Territorialização. 3. Assistencialismo. 4. Território. 5. Exclusão social. I. Lorenzo, Ivanalda Dantas Nóbrega Di. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 364-058.51

LINAIANE SOARES DANTAS

ORIGEM E REFLEXOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DE RUA
NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Geografia pela Universidade
Federal de Campina Grande – UFCG.

Cajazeiras, ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo - Orientadora

Dr. Josias de Castro Galvão - Examinador

Dr. Ernani Martins dos Santos Filho- Examinador

Aprovado em: ____/____/____

Nota:_____

Dedico esta pesquisa aos meus pais José Soares Filho e Josefa Dantas Soares. Como também a minha companheira Jacqueline Rolim Trajano, pelos conselhos, apoio e paciência no decorrer de minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Deus da misericórdia, do amor. Ao Deus que guia minha vida a cada dia me dando graças e força na fé. Ao Senhor todo poderoso quero deixar meus agradecimentos sinceros e com a certeza de que tudo se cumpriu porque Ele estava no comando de tudo.

A minha orientadora, a Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lourenzo, por toda a dedicação e carinho com minha pesquisa, ao Prof. Dr. Josias de Castro Galvão e ao Prof. Dr. Ernani Martins dos Santos Filho, por estarem presentes na minha banca de qualificação e contribuírem de maneira satisfatória. Deixo minha sincera gratidão pela satisfação e contribuição que tiveram em fazer parte da banca de qualificação de minha pesquisa, como também pelo carinho e apoio que me foi dado durante toda a jornada.

Quero agradecer imensamente a todos os meus amigos de sala que compartilharam comigo muitas experiências, vivências e desafios no período de formação. Contudo, gostaria de agradecer de modo particular a Benedita Martins, Wirnaide Rolim e Sara Gomes Cavalcante que em muitos momentos difíceis de minha vida, estiveram ao meu lado, me ajudando para que eu pudesse chegar até aqui. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço verdadeiramente a todos os agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de rua pelo apoio, carinho e atenção que me foi dada. Como também, todos os moradores de rua da área central de Cajazeiras-PB, que me acolheu e compartilhou comigo suas vidas.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a minha companheira, minha amiga, minha guia, minha amada Jacqueline Rolim Trajano, que me mostrou caminhos, colaborou com minha pesquisa e teve uma enorme paciência nos meus dias de angústia. Enfim, sou imensamente grata.

RESUMO

A diversidade de grupos sociais que são inseridos no espaço geográfico traz consigo peculiaridades distintas que, por sua vez, os caracterizam em torno da sociedade. Com isso, dentre os grupos sociais, percebe-se a presença dos moradores de rua que se inserem no espaço urbano da cidade e fazem das ruas o seu lugar, o seu território existencial. A cidade de Cajazeiras-PB traz consigo áreas suscetíveis de ocupação dos moradores de rua e com isso a pesquisa tem como objetivo primordial, compreender como se deu a origem da territorialização dos moradores de rua e qual os reflexos dessa dinâmica na área central da cidade de Cajazeiras. A pesquisa se realizou numa caracterização descritiva, documental, qualitativa, exploratória com abordagem quantitativa, tendo em vista que a população da pesquisa constou com a presença de 09 (nove) agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua e 21 (vinte e um) moradores de rua que ocupam a área em estudo. Contudo, a amostra da pesquisa é formada por 10 (dez) moradores de rua e 04 (quatro) agentes da Pastoral Diocesana, que se dispuseram a participar da pesquisa. O instrumento utilizado para o processo de coleta de dados refere-se a uma entrevista semiestruturada, ao passo que a análise dos dados ocorreu por meio do discurso dos próprios sujeitos presentes na pesquisa, através de abordagem qualitativa e descritiva. Assim, as decorrências indicam que há fatores que originaram a territorialização desse grupo social no território, como também se percebe a ausência de assistencialismo do Estado, mesmo com a participação de parceiros solidários. Desse modo, almeja-se que os moradores de rua possam receber assistência digna em órgãos públicos, como também serem reconhecidos como sujeitos e cidadãos, passando a serem incluídos na sociedade.

Palavras-chave: Morador de rua; Território; Assistencialismo; Territorialização; Exclusão social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CENTRO POP – Centro de Referência Especializada para População de Rua

CEP – Comitê de Ética na Pesquisa

CREAS – Centro Especializado de Assistência Social

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

HRC – Hospital Regional de Cajazeiras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPSR – Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

USF – Unidade de Saúde da Família

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Áreas suscetíveis de ocupação de moradores de rua, em Cajazeiras-PB.....17

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária de idade (em porcentagem) dos Moradores de Rua de Cajazeiras - PB.....	36
Gráfico 2 - Período em Situação de Rua, dos Moradores de Cajazeiras - PB.....	37
Gráfico 3 - Caracterização da territorialização dos Moradores de Rua, em Cajazeiras - PB.....	39
Gráfico 4 - Fatores que influenciam a permanência dos Moradores nas Ruas de Cajazeiras - PB.....	41
Gráfico 5 - Condições de trabalho encontradas pelos Moradores de Rua, em Cajazeiras - PB.....	42
Gráfico 6 - Reflexos dos índices de analfabetismo dos Moradores de Rua de Cajazeiras - PB.....	43
Gráfico 7 - Objetivos e metas da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua.....	52
Gráfico 8 - Busca dos Moradores de Rua pela Casa de Acolhimento Nova Betânia.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desafios encontrados pelos Agentes de Pastoral frente aos Moradores de Rua.....	51
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Estimativa de população de Rua por porte municipal e grande região - Brasil	22
Tabela 02 - Arrependimentos enfatizados pelos Moradores de Rua, em Cajazeiras - PB	42
Tabela 03 - Agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua a partir do gênero	50
Tabela 04 – Agentes de Pastoral e sua faixa etária de idade	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DE RUA: QUEM SÃO OS MORADORES DE RUA?.....	20
2.1	População de Rua em uma Sociedade Incluyente/Excluyente.....	21
2.2	A Rua como Lugar.....	28
2.3	Os lugares de passagem e de fixidez.....	30
3	ORIGEM E REFLEXOS SOBRE O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DE RUA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB.....	33
3.1	A Rua é minha Casa, Meu Território.....	34
3.2	Causas da Existência dos Moradores de Rua em Cajazeiras-PB.....	38
3.3	Fatores que Influenciam a Origem e Permanência dos Moradores de Rua no Território.....	40
3.4	Reflexos da Territorialização dos Moradores de Rua.....	41
4	AS LUTAS DOS MORADORES DE RUA E OS PARCEIROS APOIADORES.....	47
4.1	A Luta dos Moradores de Rua pela Cidadania.....	47
4.2	Parceiros Solidários: A Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua.....	48
4.3	O Debate entre o Direito, a Ausência do Estado e o Assistencialismo.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	60
	APÊNDICES.....	65

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar uma perspectiva de pesquisa, o nosso olhar transpassou as realidades contidas no espaço geográfico e se deparou com a realidade da problemática da existência de territorializações distintas, compondo o espaço geográfico da cidade de Cajazeiras¹, a qual apresenta em sua área central, vestígios de exclusão social retratada a partir da presença dos moradores de rua.

Nosso desejo em debruçarmo-nos sobre essa realidade se dá a partir de nossa aproximação com esses sujeitos na medida em que participamos da Paróquia São José Operário. A referida Paróquia é representada por um grupo de 09 (nove) Agentes de Pastoral, dentre elas, a Irmã Lúcia, a qual iniciou as atividades paroquiais locais. A Pastoral Diocesana realiza um trabalho conjunto com os missionários da Casa de Acolhimento Nova Betânia, situada na cidade de Paulista.

A cada momento de vivência, uma reflexão acerca da trajetória, da origem, dos reflexos dessa condição, das precariedades, dos riscos, a que estão submetidos esses sujeitos, o que nos chama a atenção para o desenvolvimento de uma pesquisa resultante neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Há dois anos lembro-me de termos ouvido falar sobre os moradores de rua através dos agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua situada na Paróquia São José Operário, Zona Norte da cidade de Cajazeiras – Paraíba. Emocionada com o coração transbordante de afeto pudemos partilhar da vivência na rua, ao lado de cada morador presente.

E com isso, vem o mais importante momento da vida acadêmica ao poder trazer para as entrelinhas deste trabalho uma reflexão sobre a geografia dos moradores de rua, através da vivência indireta, mas acima de tudo com o desejo de investigar causas e reflexos desse grupo social no território por eles formado, inclusive por essa ser uma forma de compreensão do espaço geográfico e de entendimento de como os seus sujeitos o constroem e ao transformá-lo, também se transformam.

Partimos do pressuposto de que a pesquisa traz consigo a oportunidade de se fazer mergulhar em um vasto campo de conhecimento e vivências, sejam na geografia ou nas demais ciências. Compreendemos também que ela engloba técnicas, teorias e métodos, os quais são pertinentes à interpretação de determinado objeto de estudo a que

¹ Situada na Mesorregião do Sertão Paraibano.

se pretende pesquisar. Diante de uma diversidade de referências ingressamos através da ciência para a compreensão de nosso objeto de estudo, os moradores de rua da área central da cidade de Cajazeiras, com vistas a investigar sobre a origem e os reflexos da territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras-PB.

A cada dia, o espaço geográfico passa por constantes transformações que perpassam a esfera política, social e cultural de diferentes grupos sociais. A cada momento, um determinado território traz consigo, marcas significativas de uma população que o habita, modificando o espaço e a sociedade que o constrói e transforma.

Dentre os grupos sociais que se encontram inseridos no espaço geográfico, há os moradores de rua que se territorializam numa determinada área apresentando uma realidade multidimensional a qual investigamos e registramos neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A partir dessas considerações, o presente projeto de pesquisa apresenta-se com a seguinte problemática: Qual a origem e os reflexos da territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras-Paraíba?

Com isso, a problematização da pesquisa diz respeito à necessidade de pesquisar causas que territorializaram esse grupo social na área central da cidade de Cajazeiras-PB. A problemática da pesquisa se relaciona com a compreensão acerca da existência da territorialização de moradores de rua no espaço mencionado e busca investigar quais os motivos que acarretaram esse processo, como também que implicaram a permanência desse grupo social na formação de um território específico.

Assim, há hipóteses de existirem ou não fatores que influenciam na origem e reflexos da territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras-PB. Daí, delimitamos nosso objetivo geral como sendo compreender como se deu a origem da territorialização dos moradores de rua e qual os reflexos dessa dinâmica na área central da cidade de Cajazeiras.

Os objetivos específicos estão voltados para a- Identificar os moradores de rua; b- Identificar as origens e reflexos sobre o território e a territorialização dos moradores de rua na cidade de Cajazeiras; c- Refletir sobre as lutas dos moradores de rua e quais os parceiros apoiadores.

Para a compreensão da temática partimos do método fenomenológico a partir do qual interpretaremos as vivências relacionadas aos moradores de rua,

compreendendo seu lugar na sociedade, como também delimitando os territórios no quais eles estão inseridos.

Nessa perspectiva vale salientar a importância de compreender os diferentes aspectos que permeiam a vida dos moradores de rua, os quais constroem seu território como expressão de seu modo de vida.

A metodologia ampara-se na pesquisa descritiva, qualitativa, documental, exploratória, com abordagem quantitativa. O recorte espacial conforme definido anteriormente, é a área central da cidade de Cajazeiras-PB, abrangendo 14 (quatorze) sujeitos investigados: numa população de 21 moradores de rua que residem à área central da cidade, dos quais, 10 (dez) se dispuseram a participar da pesquisa, voluntariamente e, além destes, quatro dos nove Agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua, os quais realizam ações junto aos moradores de rua. O recorte espacial compreende o uso e posse do espaço, por isso, há abordagens acerca de território e lugar.

Com isso, os critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa para o processo de coleta de dados, foram mostrar-se adeptos em participar da pesquisa; ocupar uma determinada área como morador de rua e trabalhar na Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua. Os critérios de exclusão compreendem-se em não mostrar-se adeptos em participar da pesquisa; não ocupar uma determinada área como morador de rua e não trabalhar na Pastoral Diocesana dos Moradores de rua.

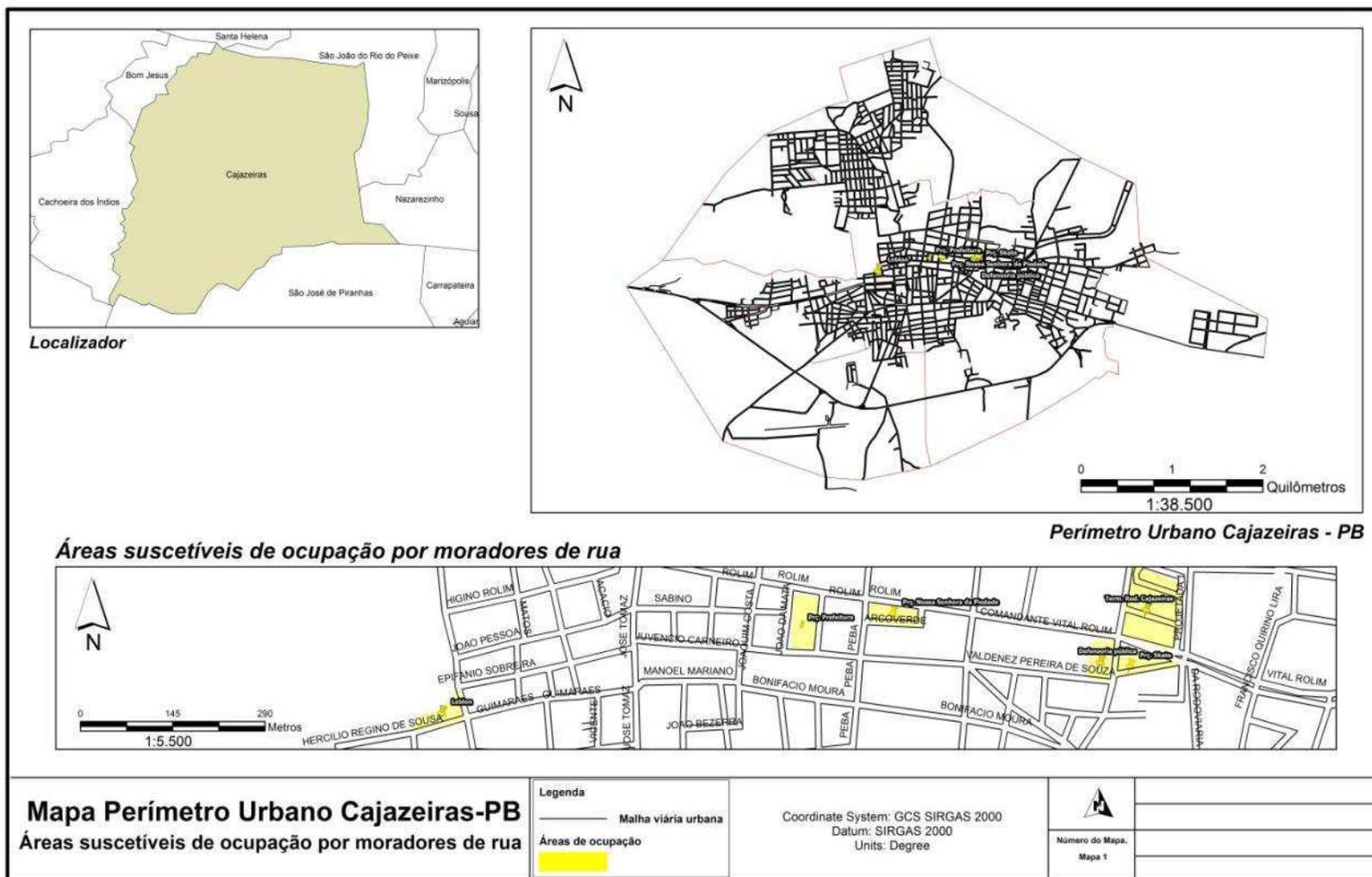
A pesquisa foi realizada exatamente entres os meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, após algumas visitas às ruas com os agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de rua em busca de áreas centrais ocupadas por moradores de rua.

Com isso, a pesquisa se fundamenta em técnicas pertinentes para que se chegue a resultados satisfatórios. Assim, foram utilizadas técnicas voltadas para a observação não participante no decorrer da pesquisa, como também uso de entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas foram realizadas no período entre 23 de dezembro de 2016 a 30 de janeiro de 2017 em diferentes áreas centrais da cidade de Cajazeiras-PB, tendo em vista que os moradores de rua ocupam diferentes áreas que se territorializam por um determinado tempo.

Dentre as áreas ocupadas pelos moradores destacamos a formação de territórios de Moradores de Rua da área central da cidade:

Mapa 1 – Áreas suscetíveis de ocupação de moradores de rua, em Cajazeiras- PB.



Fonte: Dantas (2017).

Ao se tratar de posturas éticas e legais, a identidade dos moradores de rua será cautelosamente resguardada, que por sua vez, não será mencionada no decorrer da pesquisa, conforme sugere o Comitê de Ética na Pesquisa (CEP).

No decorrer das primeiras visitas às ruas, observou-se o nível educacional dos moradores de rua e, com isso percebemos um grande índice de analfabetismo. Nesse sentido, todas as informações de entrevistas semi-estruturadas realizadas foram registradas pela pesquisadora, com o uso de gravador. Esses instrumentos técnicos também foram utilizados para registrar as informações colhidas com os agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua.

A partir das informações obtidas analisamos as falas dos sujeitos entrevistados, contextualizando-as com a fundamentação teórica da pesquisa a partir da abordagem de teorias voltadas para refletir acerca das categorias geográficas, lugar e território, geografia e saúde, além das condições sociais dos moradores de rua, aspectos relacionados ao seu lugar na sociedade, o perfil dessa categoria excluída, o tempo de experiência na condição de morador de rua, os motivos pelos quais eles se tornaram morador de rua, as dificuldades enfrentadas e os apoiadores parceiros que se fazem presentes em seu cotidiano.

Pretendemos contribuir para o debate sobre o tema abordado, bem como contribuir para políticas de saúde e ações sociais voltadas a esses sujeitos, territorializados na área central da cidade de Cajazeiras-PB, tendo em vista que existe uma Pastoral Diocesana dos Moradores de rua presente na Paróquia São José Operário, onde a mesma se beneficiará com a presente pesquisa, onde atua de maneira voluntária e social na vida desses indivíduos.

Essa pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos, tendo em vista que, o primeiro capítulo, é introdutório, onde será abordado a descrição do tema, problemática, os objetivos, tipo de metodologia e as considerações finais. No segundo capítulo, têm-se abordagens acerca da caracterização dos moradores de rua, questionando-se quem são os moradores de rua e como se configuram no espaço geográfico. O primeiro item refere-se à população de rua em uma sociedade incluyente/excluyente, tendo em vista a exclusão social gerada pela diferença de classe e o aspecto de pobreza que os moradores de rua apresentam. Em seguida abordamos que compreendemos a 'rua como lugar', ao passo que esse grupo social encara a rua como lugar de relações mútuas, onde há um sentimento de pertencimento. O item 'lugares de passagem e fixidez' refere-se à dinâmica que ocorre entre os diferentes tipos de lugares.

Os lugares de fixidez trazem consigo o sentimento de pertencimento; em contrapartida aos lugares de passagem, os quais revelam que há uma busca constante por sobrevivência e ainda há fatores que influenciam o deslocamento ou mudança de ocupação de área.

O terceiro capítulo versa acerca da ‘origem e reflexos sobre o território e a territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras-PB’. Há abordagens sobre ‘A rua é minha casa, meu território’ e as ‘Causas da existência dos moradores de rua em Cajazeiras-PB’. Em seguida, retrata-se sobre os ‘Fatores que influenciam a origem e permanência dos moradores de rua no território’ e os ‘Reflexos da territorialização dos moradores de rua’.

O quarto capítulo argumenta sobre ‘A luta dos moradores de rua por cidadania e os parceiros solidários’. Há argumentações acerca da ‘luta dos moradores de rua pela cidadania’; os ‘Parceiros solidários: a Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua’; e o ‘debate entre o direito, a ausência do Estado e o assistencialismo’. Ao abordar o debate entre o direito, a ausência do Estado e o assistencialismo, tem-se a compreensão acerca do direito a cidade, ou seja, a serem sujeitos inseridos na sociedade.

Por fim, têm-se as considerações finais que apresentam o desfecho final da pesquisa, a partir da análise dos dados mais relevantes. Assim, observa-se o resultado da pesquisa com a constatação da hipótese que desencadeou o estudo, mostrando assim os desafios encontrados a partir da territorialização dos moradores de rua e as possíveis contribuições para a inclusão deste grupo social na sociedade e sua ocupação no território.

2 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DE RUA: QUEM SÃO OS MORADORES DE RUA?

Ao tratar-se acerca da caracterização dos moradores de rua, cabe-se inicialmente compreender a rua com suas particularidades. Dessa maneira, diante de uma diversidade de definições acerca do termo “rua”, tem-se que a rua é um espaço urbano, onde se permeia grupos sociais distintos e a sociedade em si, trazendo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Há muitas curiosidades acerca dos moradores de rua que são pertinentes para pesquisadores, geógrafos, sociólogos e dentre elas cabe questionar: quem são eles? Diante da estimativa de uma vida pobre, com mínimas condições de trabalho e moradia, os moradores de rua, são vistos pela sociedade como indivíduos sem expectativa de vida, sem estima de condições de trabalho, sem teto, sem dignidade e sem valores.

Com isso, desde as cidades pré-capitalistas, adentrando a Revolução Industrial e a Revolução Burguesa, as áreas urbanas da cidade eram ocupadas por indivíduos que desempenhavam seu trabalho nas ruas para suprir suas condições de sobrevivência, tendo em vista alimentação, moradia e trabalho (BURSTYN, 2000).

Segundo Santos (2009 p.18), há também outras caracterizações sobre quem sejam esses indivíduos que ocupam as ruas da cidade. Dessa maneira ele ressalta que:

Os “caídos” são os moradores de rua, reconhecidos pelos não moradores de rua como os mendigos por encontrarem na mendicância o principal recurso de sobrevivência. Eles representam aqueles que se encontram mais degradados pelo álcool, por doenças como a AIDS e tuberculose e portadores de distúrbios mentais.

Contudo, os moradores de rua encontram abrigo nas praças, calçadas, viadutos, galpões, terrenos abandonados e com isso sobrevivem de uma condição de subsistência mesmo em meio a tantos riscos de vida.

Assim, os moradores de rua ocupam determinada área por encontrar nesse território sua essência de vida, sua moradia, seu lar. E se caracterizam ainda, como “pessoas sujas”. No entanto, Vicente (1995 p.35) retrata o que venha a significar o mau cheiro para os moradores de rua:

O mau cheiro de quem não toma banho na situação de rua é uma estratégia de sobrevivência, é uma couraça protetora do corpo. (...) o

mau cheiro lhes é útil, pois funciona como defesa e como proteção, afastando as pessoas. (...) O corpo é o último território que sobrou para aquela pessoa; ela perdeu, do ponto de vista do tempo, o passado, porque perdeu o direito de ter uma raiz, de ter um lugar no mundo. Ela vai perambular de cidade em cidade ou dentro da mesma cidade por vários locais e vai perdendo essa coisa fundamental, o direito de ter memória, de pertencer a uma comunidade.

A partir da compreensão do autor, percebe-se que ao se inserir nas ruas, esses indivíduos perdem seu lugar e assim se movimentam por diferentes áreas da cidade na busca por sobrevivência.

Dessa maneira, há alternativas de pensar uma sociedade incluyente a partir desses princípios impostos pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, ou em contra partida a sociedade encontra-se excluyente ao passo que descarta essa parcela da sociedade.

2.1 População de Rua em uma Sociedade Incluyente/Excluyente

Quando se trata de uma caracterização acerca da cidade, tem-se que não há dissociação entre sociedade e espaço urbano, tendo em vista que a sociedade insere-se na cidade, caracterizando-a. Com isso, ao pensar uma leitura geográfica acerca da cidade, Carlos (2007 p. 20) retrata que:

(...) podemos tomar como ponto de partida para o desenvolvimento do raciocínio capaz de produzir uma “leitura geográfica sobre a cidade” a ideia de cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza.

Ao pensar a cidade, observam-se as práticas sócias espaciais presentes a partir dos sujeitos que nela habitam. Dessa maneira, a cidade caracteriza-se como espaço dos sujeitos na conformação dos territórios.

Assim, o território é compreendido a partir da territorialização dos moradores de rua em sua constante luta pelo direito à cidade (Lefebvre: 2001). E o lugar, por sua vez, traz a perspectiva de entender-se qual o lugar desses moradores de rua na sociedade

e como acontece a busca pela cidadania, bem como a rua constituindo-se como um lugar de vida, de morada, de inclusão ou de exclusão.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS: 2005) população de rua é o “Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular”.

Conforme pesquisas realizadas sobre População em Situação de Rua, detecta-se a estimativa de população de rua por porte municipal e grande região – Brasil, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Estimativa de população de Rua por porte municipal e grande região - Brasil.

Porte Suas	Grande região	Número de municípios	População em situação de rua	Total de municípios (%)	Total em situação de rua (%)
Pequeno I	Norte	276	429	5,00	0,42
	Nordeste	1.195	2.302	21,50	2,26
	Sudeste	1.145	1.933	20,60	1,90
	Sul	943	1.131	16,90	1,11
	Centro-Oeste	360	961	6,50	0,94
	Total	3.919	6.757	70,40	6,63
Pequeno II	Norte	111	653	2,00	0,64
	Nordeste	428	2.711	7,70	2,66
	Sudeste	285	2.674	5,10	2,63
	Sul	147	1.341	2,60	1,32
	Centro-Oeste	72	877	1,30	0,86
	Total	1.043	8.255	18,70	8,10
Médio	Norte	43	595	0,80	0,58
	Nordeste	113	2.363	2,00	2,32
	Sudeste	99	3.465	1,80	3,40
	Sul	53	1.313	1,00	1,29
	Centro-Oeste	17	650	0,30	0,64
	Total	325	8.385	5,80	8,23
Grande	Norte	18	1.716	0,30	1,68
	Nordeste	53	8.393	1,00	8,24
	Sudeste	133	16.981	2,40	16,67
	Sul	46	7.416	0,80	7,28
	Centro-Oeste	16	3.103	0,30	3,05
	Total	266	37.608	4,80	36,92
Metrópole	Norte	2	1.007	0,00	0,99
	Nordeste	5	7.095	0,10	6,97
	Sudeste	6	24.740	0,10	24,29
	Sul	2	4.821	0,00	4,73
	Centro-Oeste	2	3.186	0,00	3,13
	Total	17	40.848	0,30	40,10
Total	Norte	450	4.399	8,10	4,32
	Nordeste	1.794	22.864	32,20	22,45
	Sudeste	1.668	49.792	29,90	48,89
	Sul	1.191	16.021	21,40	15,73
	Centro-Oeste	467	8.777	8,40	8,62
	Total	5.570	101.854	100	100

Fontes: Brasil (2013; 2014; 2015a; 2015b); IBGE (2015); IPEA (2015).

Com isso, mesmo com essa estimativa para o Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) aponta que não há dados oficiais acerca da População em Situação de Rua no Brasil, por não serem população de base domiciliar. E dessa maneira há uma grande dificuldade de incidir políticas públicas para esse grupo social. Assim, no que diz respeito à pesquisa na cidade de Cajazeiras-PB, vê-se que órgãos da prefeitura, como o CREAS (Centro Especializado de Assistência Social) não apresenta disponibilidade de dados estatísticos para os moradores de rua que se inserem na área central da cidade.

De acordo com Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua (PNPSR, 2008) “a população em situação de rua é predominantemente masculina – 82%; Mais da metade possui entre 25 e 44 anos – 53%; 74% dos entrevistados sabem ler e escrever”.

A preocupação com esses sujeitos inicia até mesmo com a definição dos mesmos, pois eles podem viver nas ruas, das ruas, ou não dispor ou viver precariamente em habitações, as quais estão incluídas nas distintas definições utilizadas por variados autores, dentre elas, morador de rua, população de rua, povo de rua, população em situação de rua, dentre outros. Adotamos em nossa pesquisa a terminologia ‘moradores de rua’, pois é assim que o grupo de investigados se identifica.

Investigamos acerca das normativas e orientações sobre a atenção à População em Situação de Rua e a partir da Política Nacional para a População em Situação de rua (2013), detectamos que em:

- **1988: Constituição Federal**
- **2004: Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**
- **2005: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2003)**
 - **Lei nº 11.258, 30/12/05**, altera o parágrafo único do art. 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua”;
- **2005: I Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua;**
- **Decreto, de 25 de outubro de 2006**, constitui **Grupo de Trabalho Interministerial - GTI** com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua;
- **2007/2008: Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua;**

- **Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006**, do MDS – Cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua. Municípios com mais de 250 mil habitantes.
- **2009: II Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua;**
- **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;**
- **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009** – instituiu a **Política Nacional para a População em Situação de Rua** e o seu **Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento;**
- **Instrução Operacional conjunta – SNAS e SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010** – orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- **Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010** – Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop e dá outras providências;
- **Cartilhas e Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro POP e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e a Inclusão no Cadastro Único**
- **Portaria Nº 139, de 28 de junho de 2012** – Altera a Portaria Nº 843 e dispõe sobre o cofinanciamento para a oferta de serviço no Centro POP.

Ao se deparar com indivíduos residindo nas ruas, há pessoas que os encaram com indiferença, desrespeito, e ainda há alguns que julga esses moradores de rua como pessoas perigosas que causam riscos à sociedade. O fato de não estarem inseridos no mercado de trabalho, faz com que a sociedade enxergue-os como vagabundos e desocupados. No entanto, ainda há pessoas que olham cada morador que vive pelas ruas, com um olhar piedoso e de compaixão (MATTOS E FERREIRA, 2004).

Esses moradores de rua são indivíduos que a sociedade considera vagabundos, mendigos, caídos, abandonados e tantos outros adjetivos por tratar de pessoas que se encontram entregues as ruas sobrevivendo com uma vida precária, com baixos índices de emprego e moradia, tornando-se vulneráveis ao consumo de drogas e bebidas alcoólicas.

Segundo Costa (2005 p.10) há anseios desse grupo social, quando ele retrata que:

Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em uma desavença, de ser vítima de violência sexual, de ser alvo de agressões inesperadas vindas de setores preconceituosos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança.

O que se percebe, é a presença de indivíduos que residem nas ruas e vivem a amnésia da sociedade que não os enxergam, como também anseia por políticas públicas de um Estado que não se preocupa com suas condições de vida.

Tendo em vista as políticas públicas voltadas aos moradores de rua, no que diz respeito a sua valorização e dignidade na sociedade, o Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009) institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Em seu Artigo 5º essa Política apresenta como princípios:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Dessa maneira, há alternativas de pensar uma sociedade incluyente a partir desses princípios impostos pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, ou em contrapartida a sociedade encontra-se excluyente ao passo que descarta essa parcela da sociedade.

A tratar-se da existência de população de rua como grupo social, presente no espaço geográfico, tem-se primeiramente a necessidade de se compreender a categoria espaço no contexto geográfico.

Diante de tantas definições que podem ser mencionadas no decorrer deste trabalho trazemos a contribuição de Santos (1988, *apud* Cavalcante, 2008, p.15), o qual relaciona a população de rua com o espaço, afirmando que: “o espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias”.

Ao considerar o espaço como estrutura social, percebe-se que não se pode pensar o espaço geográfico sem a presença da sociedade, sendo elementos que se

relacionam entre si. Dessa maneira a população de rua é uma porção dessa sociedade que se integra ao espaço geográfico.

Quando se remete à sociedade, depara-se com um questionamento sobre em qual sociedade os indivíduos se inserem. Trata-se de uma sociedade includente ou uma sociedade excludente? E diante da perspectiva dos moradores de rua, a partir de seus relatos, o que se pode observar é uma sociedade excludente.

Ao se referir à exclusão social, Ararà (2009 p.9) afirma:

A exclusão representa a condição de vulnerabilidade nas relações estabelecidas pela sociedade, que contribuirá para a reprodução das injustiças sociais. A cada dia novos espaços vão sendo conquistados pela globalização sem sua devida regulação e, desta forma, a proteção social é garantida pelo aparato estatal, na tentativa de assegurar os benefícios sociais, ainda que insuficientes, para a população, no enfrentamento dessas transformações em curso.

Com isso, percebe-se que o conceito de ‘exclusão social’ se remete a grupos sociais, de maneira que Ararà (2009 p.11) especifica o grupo dos moradores de rua com suas particularidades trazendo consigo essa exclusão numa sociedade desigual, conforme afirma a autora (*ibidem*):

O conceito de “exclusão social” como tantos outros nas Ciências Sociais necessita de uma definição mais precisa. Ele vem sendo originalmente utilizado para superar as deficiências de noções correntes, e seu principal mérito é a distinção por categorias específicas. Dentro dessas categorias está o grupo de moradores de rua, em situação de extrema pobreza e com histórico de nomadismo urbano, habitando em espaços públicos. Alguns deles são abrigados e ficam nesta condição por tempo indefinido, não conseguindo desvincular-se institucionalmente. A saída acontece com uma pequena parcela desses indivíduos, principalmente os que não têm comprometimento de saúde mental e da dependência química.

O que se percebe no rosto, visto como marginalizado, dos moradores de rua, são traços de uma exclusão da sociedade que segrega que não acolhe que não opera com ações sociais, e que, por sua vez, marginaliza uma parcela pobre da população, na qual traz consigo uma carência de moradia, condições de trabalho e lugar na sociedade.

Os moradores de rua podem ser observados a partir do sistema social e capitalista, no qual a exclusão surge como resultado dos processos de reestruturação do Capital. Assim, tem-se por base os ciclos de expansão, mas, sobretudo, os ciclos de

retração ou crises, que impõe à exclusão uma significativa parcela do mercado de trabalho.

Esse grupo social ocupa um determinado território e com isso caracteriza-se na pobreza das ruas, onde se adaptam a uma vida urbana fora de suas casas. Com isso, Bursztyn (2000 p.36), aborda que a pobreza traz consigo a exclusão social, e assim os moradores de rua, vistos como uma parcela pobre da população, inserida na sociedade sofrem com essa desigualdade numa sociedade excludente:

Pobreza e segregação são elementos constantes na história, mas sempre houve um certo elo orgânico entre os mundos da riqueza e da pobreza: o trabalho e a interdependência entre os dois lados. Mas os tempos atuais estão mostrando uma nova realidade: a separação, pela crise do mundo do trabalho, entre os mundos da riqueza e da pobreza que se vai tornando excluída. Ainda que nem todos os excluídos sejam necessariamente miseráveis, eles são, geralmente, pobres e vão-se constituindo em mundo à parte, compartilhando o mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com os outros, os incluídos.

O que se percebe, a cada momento ao se deparar com o espaço urbano e suas dinâmicas sociais, é a presença do individualismo. Ou seja, a sociedade opera com olhares individuais, desconhecendo os valores e a dignidade de determinados grupos sociais.

Com isso, Costa (2005 p.14) aborda que:

O desafio está em vislumbrar como, em uma sociedade com tantas contradições insuperáveis, contrastes e exclusões, é possível criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população que vive em situação de rua, às vezes invisível aos olhos da sociedade formal, às vezes expressão agressiva da contradição social. Estar incluído, sentir-se pertencendo à sociedade e planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de acolhimento.

Dessa maneira, percebe-se que há duas facetas que envolvem uma sociedade. De um lado, estão os incluídos; do outro lado, estão os excluídos. E é nessa perspectiva que o individualismo se impõe, trazendo consigo marcas que denigrem a imagem de alguns grupos sociais, como por exemplo, os moradores de rua.

A exclusão, por sua vez, transforma a sociedade e a torna apática com relação aos moradores de rua, e tantos outros grupos sociais fragmentados no espaço urbano. Assim, percebe-se que, o espaço que envolve, acolhe e segrega os grupos sociais

apresenta noções de sentimentos, afetividades positiva ou negativa, constituindo os lugares, ou o lugar que cada indivíduo habita.

Durante o momento de entrevistas com os moradores de rua da área central de Cajazeiras, o morador (n=5, 36 anos) revela que “a rua é o lugar que eu escolhi pra ficar porque ninguém me quis em casa e eu nem consegui deixar a droga. Então a rua me quis”. Dessa maneira a rua é vista pelos entrevistados como o ‘seu lugar’, ‘lugar dos excluídos’, ‘lugar dos moradores de rua’, ‘lugar de pertencimento’, lugar que acolhe os que foram expulsos do direito à cidade.

2.2 A Rua como Lugar

A ciência geográfica traz consigo transformações ao longo do tempo e perpassa por ideologias de correntes do pensamento geográfico que remete a uma melhor compreensão dessa ciência. Um aspecto importante a ser visto, diz respeito à Geografia Tradicional que aborda elementos da Geografia Física e Geografia Humana; da Geografia Geral e Geografia Regional.

Surgiu ainda a Geografia Humanística trazendo reflexos da fenomenologia, onde observa o indivíduo e suas experiências com o meio. Com isso, Christopholetti (1985, p.22) afirma que:

[...] preocupando-se em verificar a apreensão das essências, pela percepção e intuição das pessoas, a fenomenologia utiliza como fundamental a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. Desta maneira, contrapõe-se às observações de base empírica, pois não se interessa pelo objeto nem pelo sujeito.

Nessa perspectiva de compreender a relação do indivíduo e suas vivências com o meio que vive, a Geografia Humanística traz abordagens acerca da categoria geográfica, lugar. Assim, a categoria lugar compreende o método fenomenológico em sua caracterização. O método fenomenológico do ponto de vista geográfico serve de base para compreender as teorias e vivências relacionada aos moradores de rua, compreendendo seu lugar na sociedade.

A fenomenologia traz a perspectiva de descrever os fenômenos da experiência. E serve de apoio para descartar preconceitos e nos colocar no lugar dos moradores de rua compreendendo o perfil e condições de vida desses grupos envolvidos.

Ao tratar-se sobre o conceito de lugar, Carlos (2007 p.11) afirma que:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Há muitas definições acerca da categoria “Lugar” na geografia, muito antes do processo de sistematização da ciência geográfica. Aristóteles define lugar como contorno que rodeia o corpo. Contudo, a Geografia se preocupa em retratar o conceito de lugar a partir da Geografia Humanística dando importância ao lugar juntamente com os estudos sobre espaço (SOUZA *et al* SANTOS, 2009).

O lugar é visto como ambiente no qual expressa afeto, sentimento, pertencimento de cada indivíduo. O lugar, como categoria geográfica, traz uma grande significância para uma pessoa ou um grupo de pessoas. Com isso, Carlos (2007 p.16) aborda que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

Assim, Couto (2006 p.24) ainda aborda o conceito de lugar ao afirmar que “O lugar é a materialidade das coisas e a objetividade da sociedade [...] Lugar é cotidiano partilhado e compartilhado, é contigüidade, base da vida em comum, de cooperação e de conflito, criador de comunhão e da política territorializada, no confronto entre organização e espontaneidade”.

Dessa maneira, o lugar traz consigo suas particularidades, como também a caracterização dos sujeitos que nele habita. Com isso, há presença de grupos sociais que compartilham suas experiências num determinado lugar, dentre eles estão os moradores de rua.

A partir das falas da agente (n= 01, 28 anos) da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua, a agente menciona que “o lugar dessas pessoas são as ruas da cidade, é o lugar que acolhe cada um deles. A rua é o lugar que eles conseguem sobreviver mesmo sem a família, mesmo nas drogas”.

Assim, esses indivíduos se territorializam num determinado lugar com a perspectiva do mesmo torna-se abrigo, moradia, lugar de encontro entre eles, nos quais formam uma família na rua. E assim os centros urbanos trazem essa fragmentação da sociedade que reflete esse grupo social inserido no espaço geográfico.

O morador de rua (n=02, 46 anos) da área central da cidade de Cajazeiras-PB, relata que “o lugar da gente é onde a gente se sente protegido. O meu lugar é a rua, porque foi onde eu consegui teto. É o lugar que eu vejo meus amigos de verdade”.

A rua é o lugar desse grupo social, cada morador sente a rua como seu pertence, como seu lugar, sua moradia, seu lar. São sentimentos entrelaçados e partilhados num determinado ambiente. E assim, as cidades trazem esse cenário social a partir do momento, que se analisa a vida de um determinado indivíduo, na prática sócio espacial (CARLOS, 2007).

Dessa forma, tende a se pensar os lugares de passagem e de fixidez, tendo em vista a caracterização de lugar e a realidade dos moradores de rua. Com isso, cabe-se pensar essa dinâmica no cenário urbano.

2.3 Os Lugares de Passagem e Fixidez

A dinâmica conceitual acerca da categoria ‘Lugar’ na Geografia confunde-se com a caracterização de local. O local diz respeito à propriedade em dizer onde determinada pessoa se encontra, e esse conceito está muito ligado à cartografia onde transmite dados precisos de localização. Já o lugar compreende o local, mas também todo o conjunto fenomenológico (BARTOLY, 2011).

A Geografia Humanística aborda e discute o lugar em sua especificidade. Em contrapartida, a Geografia Crítica traz outras abordagens acerca da categoria ‘lugar’, as quais são significativas e fundamentais para a Geografia.

O lugar é visto na sua totalidade e se remete ao capitalismo e ao seu processo histórico. Ou seja, o tempo histórico revela a caracterização do lugar, a partir das transformações capitalistas, o lugar também se transforma (BARTOLY, 2011).

A partir da concepção acerca da categoria lugar na ciência geográfica, cabe-se pensar acerca da caracterização dos lugares de passagem e lugares de fixidez. No que diz respeito à sobrevivência de determinados grupos sociais numa determinada área da cidade, observa-se nitidamente esses lugares.

Os moradores de rua buscam por sobrevivência e com isso se mobilizam, mudando constantemente de lugar, na perspectiva de encontrar um melhor abrigo numa determinada área. Assim os lugares de passagem trazem essa dinâmica de locomoção.

Segundo o morador (n=04, 25 anos) da área central da cidade de Cajazeiras-PB, existem os lugares de passagem, pois o mesmo retrata que:

Nóis não podemos ficar sempre no mesmo lugar, porque as pessoas que tão passando expulsam, os donos das lojas tiram a gente dali e ai a gente só fica um tempo enquanto ninguém tira a gente. Não é muito tempo. Ai a gente vai e procura outro lugar que dê pra dormi em paz enquanto ninguém vai tirar.

O que se percebe a partir dessa fala é uma movimentação nos centros urbanos, tendo em vista a retirada desses indivíduos em lugares públicos. Dessa maneira o lugar passa a ser somente de passagem. Ainda há o movimento de migração desses indivíduos entre uma e outra cidade em busca de sobrevivência, como afirma a agente (n=02, 37 anos) da Pastoral Diocesana dos Moradores de rua:

A Pastoral Diocesana já encontrou moradores de rua de outras cidades em Cajazeiras. E isso acontece porque esgotam as chances de sobrevivência na cidade que eles estão e então buscam por sobrevivência nas cidades vizinhas. Passam algum tempo e retornam a suas cidades de origem ou vão para as cidades vizinhas.

Já os lugares de fixidez se caracterizam pelo sentimento de pertencimento de lugar bem como melhores oportunidades de sobrevivência. É por essa razão que o morador (n=03, 26 anos) da área central de Cajazeiras lembra os lugares de fixidez ao mencionar que “Tem alguns lugares na cidade que são bom pra gente conseguir comida, roupa, dinheiro. A rodoviária é um lugar que eu fico todo dia porque tem muita gente e eu consigo comida”.

Assim, Bartoly afirma que “a sensação de pertencimento a uma porção do espaço pode estar relacionada à minha rua, ao meu bairro, ao meu estado ou ao meu país”. Dessa forma, os moradores de rua se fixam num determinado lugar a partir das condições que o lugar oferece.

3 ORIGENS E REFLEXOS SOBRE O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DE RUA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

A geografia é uma ciência que traz consigo diferentes abordagens que perpassam o espaço geográfico. Com isso, um aspecto que tende a ser abordado em diferentes análises, são os sujeitos presentes e que se territorializam nesse espaço.

Essa ciência está entre as áreas do saber humano que se interessa pelo estudo da pobreza. O estudo geográfico da pobreza nos remete a análise do fenômeno em um determinado território visando entender a sua produção, distribuição espacial e materialização, em pequena ou grande escala. (PEREIRA, 2008, *apud* LUCENA, 2013).

O olhar geográfico dessa pesquisa de campo investigou a vivência dos moradores de rua especificamente na área central da cidade de Cajazeiras-PB, frente a uma sociedade excludente, tendo em vista a territorialização dos mesmos.

Assim, a rua como território torna-se a casa de cada indivíduo que ali encontra sua subsistência, seu abrigo, alimentação e família. Dessa maneira, o morador (n=03, 26 anos) reflete ao dizer que “a minha família é essa da rua, é quem ta perto deu todo dia me ajudando a arrumar comida e roupa. Na rua é que eu tenho jeito de achar um canto pra dormi e viver, é minha casa”.

Com isso, o território é visto como espaço existencial dos moradores de rua, pois é nesse espaço que esse grupo social busca por sobrevivência. Sobre isso, o agente (n=2, 37 anos) da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua partilha ao dizer que “o espaço deles, é o território que eles tem oportunidade de ficar sem serem expulsos. E ai busca condição de viver a cada dia”.

Assim, ao passo que a sociedade retira os moradores de rua de uma determinada área pública, há características de exclusão social. De maneira que o morador (n=4, 25 anos) afirma ao dizer que “é triste ninguém enxergar pra dá um bom dia agente e só vê na hora de tirar a gente de algum lugá. Isso é preconceito”. Já a agente de pastoral (n=03, 44 anos) aborda que “as pessoas não são capazes de dar um bom dia, mas questionam o porquê da gente ficar ajudando. Dizem que eles são pessoas preguiçosas, vagabundas”.

Assim, os centros urbanos marcam a existência significativa dos moradores de rua, e dessa maneira o território ocupado por cada um deles traz consigo a imagem

proposta pela sociedade, um imagem de exclusão, preconceito, repúdio e mínimas ofertas de condições dignas de vida.

3.1 A Rua é Minha Casa, Meu Território

O território, como categoria geográfica, muito presente nos estudos geográficos, traz consigo muitas facetas e com isso, mostra simbologias e culturas de acordo com cada realidade urbana. Assim, têm-se inúmeras definições acerca de território. Dentre elas, tem-se que:

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, apud SILVA, 2009, p. 109).

Com isso, ao tratar sobre a territorialização dos moradores de rua, percebeu-se no decorrer da pesquisa a busca por identidade em cada território ocupado. Cada área ocupada num determinado tempo reflete sentimentos e simbologias na vida desse grupo social. Afinal, trata-se de seu lugar, de seu teto e de relações que se envolvem entre os indivíduos e o espaço.

Raffestin (1993 p.50) traz a relação entre território e espaço ao dizer que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Assim, compreende-se a partir dessa teoria, a territorialização dos moradores de rua no espaço geográfico, tendo em vista que uma categoria geográfica forma-se a partir de outra.

Considerando-se a territorialização como alvo de discussões pertinente para a pesquisa em estudo, Furini e Goes (2003 p.3) abordam que “a população de rua une

local de trabalho, local de moradia e local de lazer num só, sendo que é o local de trabalho em sentido amplo – que se torna o eixo da territorialização”.

Com isso, podemos compreender o território a partir do método dialético, tendo em vista que, tudo se transforma a cada momento, nada é acabado. Ou seja, o território não é homogêneo, pois se encontra em constantes transformações e com diferentes sujeitos territorializando-o.

Dessa maneira, há uma dinâmica entre o território e o grupo social que o ocupa. Assim, Lakatos (2003 p. 103) aborda que:

Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente.

Com isso, a dialética traz as transformações que ocorrem no território e a diferenciação de sujeitos que o ocupa. Assim, para se chegar ao campo da pesquisa e buscar-se o encontro com os moradores de rua da cidade de Cajazeiras-PB, houve uma atuação benéfica vinda de 04 (quatro) agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua, localizada na Paróquia de São José Operário, zona Norte da cidade em estudo.

Hoje em dia, 21 moradores de rua são observados pela Pastoral Diocesana. No entanto, poucos conseguem ser vistos constantemente devido à mudança frequente de território. Essa mudança ocorre tanto dentro da cidade, como entre as cidades vizinhas.

Dessa maneira, Magalhães (2015 p.63) reflete sobre a saúde dos moradores de rua no que diz respeito a essa mobilidade ao dizer que “No caso da atenção à saúde dessa população que habita as ruas da cidade, é preciso levar em conta que, com essa grande mobilidade, dormindo cada dia em um lugar, as pessoas acabam carregando seu território em seu corpo”.

Com isso, percebeu-se uma busca inevitável por áreas que sejam favoráveis para as condições de sobrevivência desse grupo social. No entanto, a agente de pastoral (n=1, 28 anos) afirma que “no início era bem mais fácil encontrar territórios ocupados no período noturno, mas hoje em dia é mais fácil encontrar os moradores de rua durante o dia, pois à noite a maioria se encontra bêbados e caídos pela droga”.

Diante da amostra de 10 moradores de rua, sendo esta composta por 08 homens e 02 mulheres, tem-se que a faixa etária trata-se de 18 a 60 anos de idade. Como mostra o (GRÁF. 1).

GRÁFICO 1 – Faixa de idade (em porcentagem) dos Moradores de Rua de Cajazeiras-PB.



Fonte: Dantas (2017).

O gráfico acima mostra que cada morador apresenta uma faixa etária diferente. No entanto, 03 moradores de rua apresentam 46 anos de idade. Identifica-se no (GRÁF. 2), que os mesmos iniciam o processo de territorialização, ocupando áreas centrais da cidade.

GRÁFICO 2 – Períodos em Situação de Rua, dos Moradores de Cajazeiras-PB.



Fonte: Dantas (2017).

Com isso, o gráfico acima mostra essa distribuição territorial no que diz respeito ao período em situação de rua de cada morador entrevistado. Assim, o que se percebe é que 01 morador de rua está há 01 mês nas áreas centrais da cidade; 01 morador de rua está há 06 meses; 03 moradores de rua estão há 02 anos; 02 moradores de rua estão há 03 anos; 02 moradores de rua estão há 04 anos e 01 morador de rua reside as áreas centrais da cidade há 15 anos.

Os territórios mais habitados da área central da cidade em estudo são a Rodoviária da cidade, a Praça do Skate, Praça da Prefeitura, Defensoria Pública, Leblon e Praça da Paroquia Nossa Senhora da Piedade. Contudo, a partir da pesquisa em campo, foi possível observar que a Rodoviária é a área que acolhe o maior número de moradores de rua, tendo em vista que a mesma é um local de fluxos e maior movimentação de pedestres.

Silva (2006 p.105) retrata que dessa maneira as ruas passam a ser vistas como espaço de permanência para esses indivíduos ao passo que:

[...] que possuem em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixios de viadutos, as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma

permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saídas das ruas.

A partir da constatação que as áreas centrais da cidade de Cajazeiras trazem consigo uma grande presença de moradores de rua, Maciel (2004 p.29) explica essa causa ao dizer que “é comum, portanto, que o centro da cidade se torne o local predileto daqueles que vivem da e na rua. A concentração de pontos comerciais e o fluxo intenso de pedestres justificam a escolha pelos centros da cidade”.

O território ainda precisa ser visto a partir das relações de poder, principalmente em um sistema político econômico que existe uma divisão de classes sociais: a classe dominante e a classe pobre ou marginalizada. “Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p.19).

3.2 Causas da Territorialização dos Moradores de Rua na Área Central da Cidade de Cajazeiras-PB

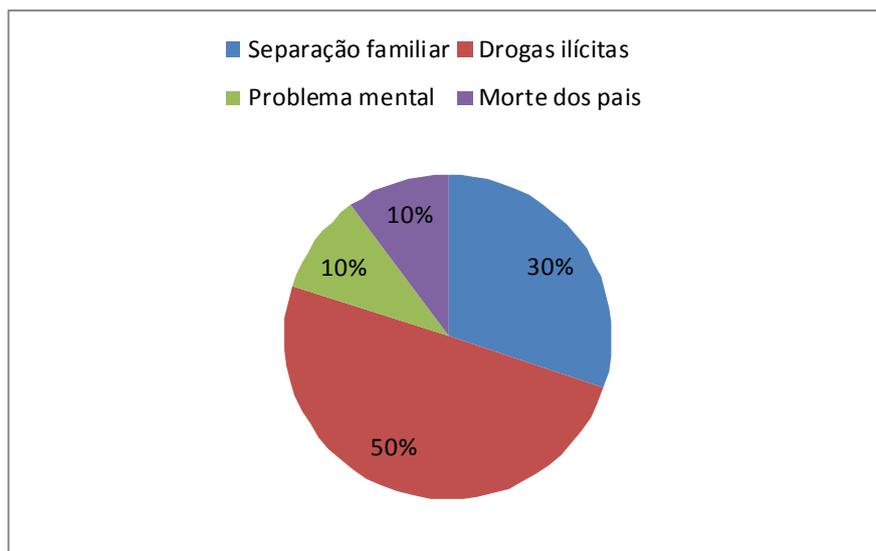
Ao tratar sobre a existência de grupos sociais no espaço geográfico, percebem-se indagações sobre aspectos que caracterizam a vida social, política e econômica de cada grupo existente num determinado território.

A origem dos moradores de rua pode ser concebida por diversos fatores que permeiam a vida dessa população, tendo em vista que a mesma segrega-se em meio a uma sociedade desigual. Quando se fala na origem da territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras, viu-se inicialmente questionamentos sobre os reais motivos que originaram esse grupo social no território.

Dentre tantas causas que possam dar origem a territorialização desse grupo social, 03 moradores de rua afirmaram ser a separação familiar; 05 moradores de rua ressaltaram que as drogas ilícitas causaram suas idas para as ruas; 01 morador de rua afirmou que o seu problema mental causou sua territorialização e 01 morador de rua afirmou que a morte de seus pais o levou para as áreas centrais da cidade.

Diante da entrevista semiestruturada para com os sujeitos da pesquisa, houve falas que mencionam essas causas como origem da territorialização dos moradores de rua da área central de Cajazeiras-PB. Assim, o (GRÁF. 3), mostra que o perfil dos moradores de rua da cidade em estudo, trata-se de drogados bêbados, abandonados pela família e doente mental.

GRÁFICO 3 – Caracterização da Territorialização dos moradores de rua, em Cajazeiras-PB.



Fonte: Dantas (2017).

O morador (n=3, 26 anos) trouxe sua realidade de vida ao dizer que “o vício da bebida acabou minha vida e minha família num me ajudou, só me desprezou e eu fiquei sozinho na vida sem saber o que fazer. Ai tive que ficar na rua e a rua agora é minha casa, minha família”.

O morador (n=02, 46 anos) refletiu que “Não consegui me libertar da droga e minha esposa me abandonou, disistiu de mim, me rejeitou e não me restou mais nada. A rua me acolheu e é na rua que eu ganho meu pão di cada dia. Mas não consigo deixar as drogas”. Com isso, 08 moradores de rua afirmam a presença de separação e abandono familiar, como causa de sua territorialização, pois 02 moradores de rua são solteiros.

Assim, dentre as causas que originaram a territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras, há fatores que influenciam a permanência desses indivíduos no território.

3.3 Fatores que Influenciam a Permanência dos Moradores de Rua no Território

Ao observar o espaço urbano e sua dinâmica cotidiana, foi possível perceber a presença de moradores de rua na área central das cidades. A cada dia, essa territorialização torna-se mais visível em virtude de inúmeros fatores que contribuem para a fragmentação dessa população na sociedade, como também que influenciam na permanência dos mesmos no território.

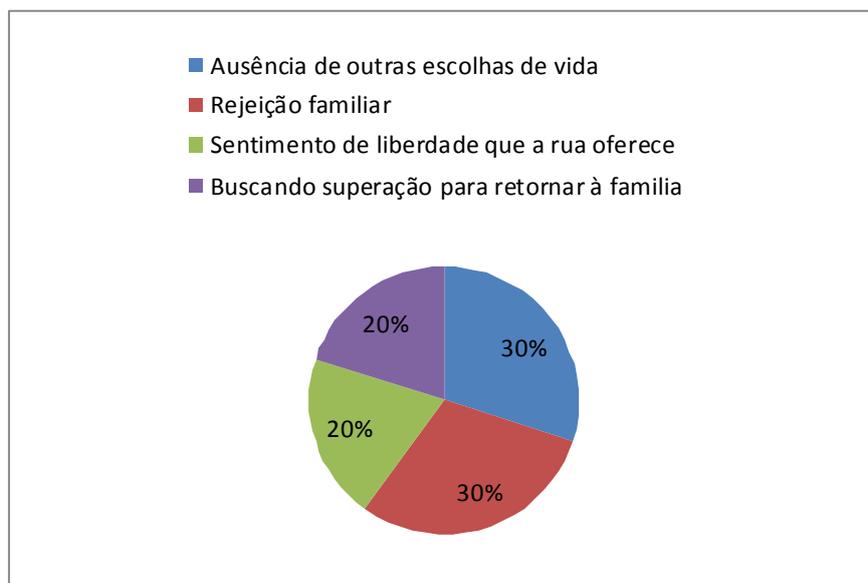
Com isso, percebe-se que há uma presença de sentimentos, anseios, receios, exclusão da sociedade, problemas mentais, rejeições familiares, vícios e tantas outras causas que determinaram e que perpassam essa realidade de vida.

Diante de muitas investigações acerca de fatores que causam a fragmentação e permanência da população de rua no território, os principais fatores estão relacionados diretamente com o uso constante de drogas ilícitas que, por sua vez, acarretam no desmoronamento familiar levando o indivíduo a habitar os centros urbanos e fazer da rua, a sua casa.

A ausência da família gera atitudes racionais quanto ao modo de vida e isso é presente na escolha dos moradores pela vivência de rua. A solidão traz consigo, a falta de esperança. Em muitos casos, há uma incidência maior de dependentes químicos que não se dão oportunidade de lutar por condições dignas de trabalho.

Diante dos vários motivos que levaram os moradores de rua a permanecer ocupando diariamente a área central da cidade de Cajazeiras-PB, tem-se os principais motivos, como se pode observar no (GRÁF. 4), abaixo:

GRÁFICO 4 – Fatores que influenciam a permanência dos Moradores nas Ruas de Cajazeiras-PB.



Fonte: Dantas (2017).

Como se compreende no gráfico acima há fatores que influenciam a permanência nas áreas centrais da cidade, onde 03 moradores ressaltaram que se trata da ausência de outras escolhas de vida, 03 moradores de rua afirmaram viver uma rejeição familiar e 02 moradores dizem viver o sentimento de liberdade que a rua oferece. Contudo, 02 moradores de rua declararam que estão buscando superação para voltar à sua família. No entanto a maior consequência está relacionada ao equilíbrio familiar.

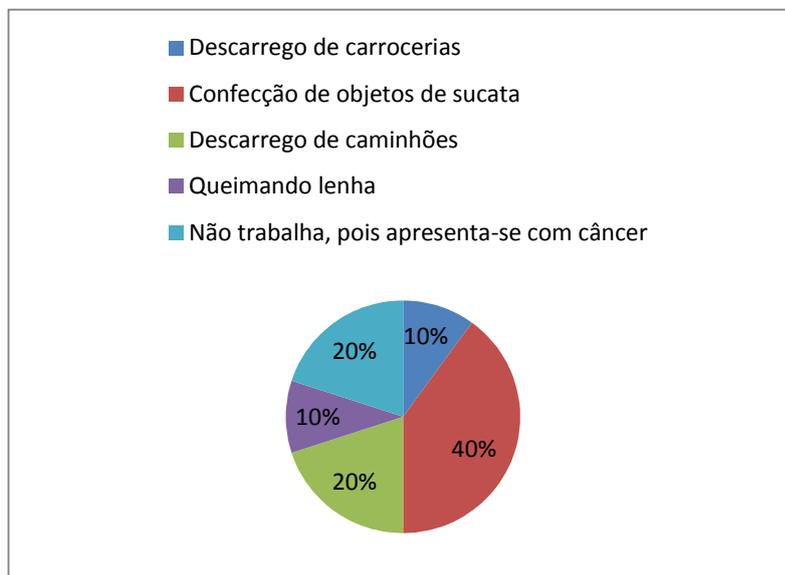
3.4 Reflexos da Territorialização dos Moradores de Rua

Ao investigar os reflexos de uma territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras-PB, têm-se principalmente as situações de subsistências e a ausência de boas condições de trabalho no território que habitam. A territorialização dos moradores de rua reflete-se no subemprego que permeia os centros urbanos, tendo em vista que não são ofertadas condições de trabalho para esse grupo social.

Com isso, o (gráfico 5), mostra que 08 (oito) moradores de rua sobrevivem com o subemprego, a partir de suas próprias ideias para confeccionar objetos de sucata e

vender, ou até mesmo descarregar caminhões com mercadorias e 02 (dois) moradores de rua não trabalham, por não apresentar uma saúde favorável.

GRÁFICO 5 – Condições de trabalho encontradas pelos Moradores de Rua em Cajazeiras-PB.



Fonte: Dantas (2017).

Vê-se que há muitas relações e sentimentos entre os moradores de rua num determinado território. Um sentimento muito comum que se reflete nessas experiências vividas entre eles é o sentimento de arrependimento. Assim, a (Tab. 2), indica que 08 moradores dizem ter se arrependido por não ter sua família presente e 02 moradores não apresentaram arrependimento diante da situação em que se encontra.

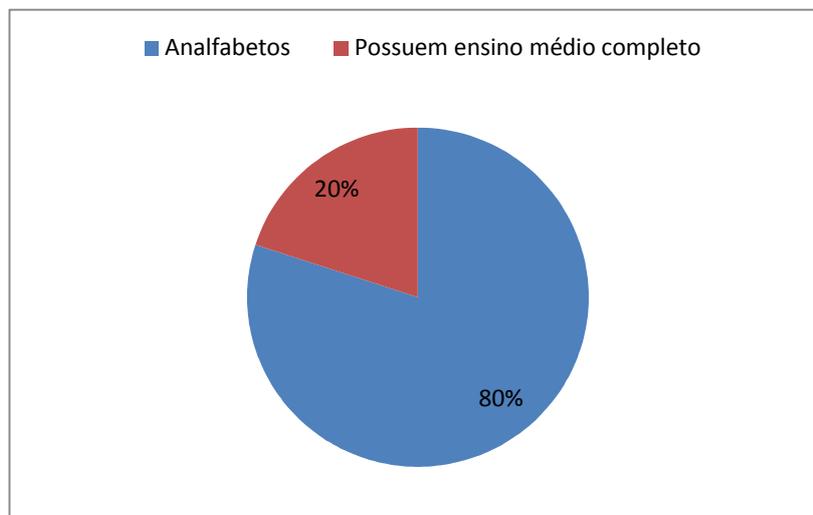
Tabela 2 – Arrependimentos enfatizados pelos Moradores de Rua em Cajazeiras-PB

REFLEXOS DE ARREPENDIMENTO	NÚMERO DE MORADOR DE RUA
SIM	08
NÃO	02

Fonte: Dantas (2017).

A tabela acima mostra o resultado da pesquisa, tendo em vista os reflexos de arrependimentos a partir do olhar dos moradores de rua na área centra da cidade de Cajazeiras-PB.

GRÁFICO 6 – Reflexos dos índices de analfabetismo dos Moradores de Rua em Cajazeiras-PB.



Fonte: Dantas (2017).

O processo de ensino e aprendizagem é algo que se encontra ausente na vida desses indivíduos, tendo em vista que 08 moradores de rua são analfabetos e 02 moradores possuem ensino médio completo. Isso mostra que as condições de trabalho oferecido pela sociedade torna-se um pouco precária, tendo em vista o processo educacional em sala de aula.

A vida dos moradores de rua cogita vários desafios significativos que a própria sociedade impõe. A inexistência de políticas de saúde e assistência social em ambientes de serviços públicos são reflexos de uma realidade de vida que por motivos já citados anteriormente, torna esse grupo social uma pequena população excluída da sociedade.

O morador (n=1, 28 anos) traz esses reflexos de uma vida desumana ao dizer que “é triste chegar no hospital e as pessoas não chamarem a gente pelo nome. Só dizem, olha ali enfermeira o morador de rua. É como se eu não fosse gente como as outras pessoas, como se fosse qualquer coisa”.

Com isso, percebe-se que a pobreza também presente na vida desses indivíduos, influencia de alguma forma na recepção em determinados órgãos públicos. E a pobreza é aspecto discutido no âmbito geográfico, tendo em vista a diferença de classes sociais. Para melhor compreensão, Rocha (2003 p.9) retrata que “[...] pobreza é

um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”.

Trata-se de um enlace de valores distintos numa sociedade tampouco igualitária. O espaço geográfico revela essa miscigenação de classes, valores, ideologias e realidades de vida. O território é concebido por essa luta constante entre a sociedade e o grupo social nela inserido. Por essa razão, não há um vínculo entre os moradores de rua e um determinado território da cidade, pois uma parcela da sociedade desterritorializa-os.

No que diz respeito ao processo de desterritorialização, Magalhães (2015 p.63) explica que:

A experiência de morar na rua é bastante marcada por desterritorialização, ou seja, por movimentos de saída, de partida de um território, abandonando o que é conhecido e familiar ali, em direção ao novo, o desconhecido, o diferente. Esses movimentos de desterritorialização são seguidos por processos de reterritorialização nesse novo lugar – a construção de um novo território.

O morador (n=4, 25 anos) chorou ao expressar o sentimento de desprezo que guarda consigo, quando afirma que “A gente tá na rua, mas muitas vezes é porque não temos um lar, uma família e as pessoas passam nos nossos pés e não enxergam a gente. Tem dias que eu preciso só de um bom dia, mas ninguém dá porque parece que eu não sou ninguém”.

Com isso, percebe-se que um território é ocupado, mas o grupo social que o ocupa é insignificante para a sociedade, para os poderes públicos. A cada visita com um morador, vê-se a necessidade que eles possuem de dialogar, de se sentir útil, de expressar sentimentos, anseios, raivas, desgostos e esperanças de uma mudança nas suas vidas.

Ao recordar um dos objetivos citados pela Pastoral Diocesana, tem-se o resgate da identidade dos moradores de rua. Assim um dos reflexos dessa territorialização é justamente essa perda de identidade, onde nem mesmo a própria família os reconhece como membros, como pessoas.

Com isso, Claval (1999 p. 16) retrata essa relação entre território e identidade no que diz respeito a um grupo social, onde afirma que “vê-se, então, porque (...) território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é

inseparável da construção das identidades”. Assim, percebe-se que ao se encontrar num determinado território há uma busca por identidade. São essas procuras que decorrem na vida dos moradores de rua ao vivenciar essa territorialidade.

A situação de subsistência reflete-se na ausência de esperanças numa vida melhor, onde os moradores de rua não acreditam neles mesmos e nas suas prosperidades. Durante alguns questionamentos a respeito, o morador (n=05, 36 anos) diz “não procuro mais nenhum tratamento porque eu sei que não adianta. Eu nunca vou sair dessa vida. Se minha família não acredita em mim, como é que eu vou acreditar que eu vou conseguir?”.

Diante dos reflexos vistos mediante questionamentos feitos durante as visitas e entrevistas, a agente de Pastoral (n=03, 44 anos) diz que existiu o caso de suicídio, onde não houve a concretização do ato, mas houve tentativa por parte de um morador de rua na área central da cidade em estudo. A partir desse fato, a agente de Pastoral (n=2, 37 anos), afirma que:

Esse dia era um dia de domingo e fomos fazer uma visita nas ruas e acabamos encontrando um morador muito perturbado, em que não aguentava mais viver essa vida nas ruas, sozinho. Nesse dia ele tentou cometer o suicídio, mas a partir das palavras de conforto ditas pela Irmã da Congregação da Sagrada Face, o morador encontrou sentido na vida e desistiu de acabar com ele mesmo.

O que perpetua nessa fala são os laços de amizade, de fraternidade e isso também está presente entre os próprios moradores de rua, onde os mesmos se consideram como família. Segundo a agente de pastoral (n=03, 44 anos), houve um fato que testemunhou o amor que existe no coração deles:

Logo no início, nós íamos visitar alguns moradores embaixo do pé de juá próximo ao açude grande e me recordo que houve uma cena entre eles que nunca vou esquecer, porque foi muito emocionante para todos nós. Era base de 8 moradores de rua reunidos naquele território e um deles estava muito doente. Só que havia um cachorro com eles que estava bem mais doente com a pata quebrada. Nisso, o morador de rua que estava doente cedeu a rede e colocou o cachorro dentro dela e todos ficaram ao redor deitados no chão.

Mesmo diante de uma vida difícil há muita humanidade no coração desses indivíduos e suas condições de vida são de subsistência. Segundo a agente de Pastoral (n=01, 28 anos), nesse mesmo dia houve outro símbolo de fraternidade entre os moradores de rua, onde o mesmo relata que:

Todos estavam sentados no chão olhando o cachorro e fazendo uma comida no fogo a lenha e não se via comida, só fumaça junto de uma água suja com um pouco de arroz. Mas quando terminaram, tinha pouquíssimo arroz e essa comida mesmo sendo pouca foi dividida para os 8 moradores de rua que estavam ali. Todos comeram, todos ajudaram, todos estavam reunidos.

Com isso, vê-se que há um carinho entre eles, pois são nesses momentos que se encontra o elo familiar. E nisso, vem um questionamento sobre arrependimento. Segundo o agente de Pastoral (n=04, 47 anos), houve arrependimento relativamente, pois:

Nunca ouvi nenhum morador se dizer arrependido, mesmo diante de todas as provações. É obvio que há um arrependimento de moradores que deixaram suas esposas e filhos porque não conseguiram se libertar da bebida e das drogas. Mas mesmo assim, não vejo eles quererem voltar para casa não porque já receberam rejeição.

Diante disso, há alguns fatores que refletem na alimentação e oportunidades de trabalho dos moradores de rua. Diante da amostra de 10 moradores de rua entrevistados, todos ressaltaram que conseguem alimentação ao pedir no território onde se encontram.

4 AS LUTAS DOS MORADORES DE RUA E OS PARCEIROS APOIADORES

É sabido, que os moradores de rua encontram-se pelos centros urbanos lutando por sobrevivência, dignidade, valores, e inclusão vinda de uma sociedade excludente. Dessa maneira, percebe-se uma luta por cidadania, tendo em vista a exclusão social e a ausência de assistencialismo do Estado.

No entanto, ainda há parceiros apoiadores que se unem aos moradores de rua e buscam melhores condições de vida para esses indivíduos. Como também, colaboram com assistência à saúde, alimentação e alimentação de maneira voluntária e social. No que diz respeito aos moradores de rua da área central da cidade de Cajazeiras-PB, os parceiros apoiadores inserem-se na Pastoral Diocesana dos Moradores de rua, da cidade em estudo.

4.1 Luta dos Moradores de Rua pela Cidadania

Ao pensar acerca de cidadania, cabe-se pensar, quem são os indivíduos considerados sujeitos ou cidadãos presentes no cenário urbano? E com isso, discute-se a presença dos moradores de rua nas áreas urbanas da cidade, tendo em vista as fragilidades que envolvem esses indivíduos no espaço público (QUINTÃO, 2008).

Contudo, no que diz respeito à mobilidade desse grupo social nas ruas urbanas, percebe-se que os moradores de ruas esvaziam continuamente determinadas áreas em busca de outras localidades, seja por procura de melhores condições de vida, seja por exigências de órgãos públicos, sociedade e o próprio Estado que exclui e os deixam invisíveis para o restante da população.

Dessa maneira, tem-se a percepção de que os moradores de rua necessitam que lhes sejam dados o direito a cidade, a cidadania e ao título de sujeito presente no espaço urbano. Com isso, a exclusão social interfere no olhar acerca do sujeito ou cidadão que se insere no cenário urbano. Quando se questiona quais os sujeitos e cidadãos presentes numa cidade, observa-se a visibilidade dos indivíduos que se encontram nas áreas urbanas. Assim, os moradores de rua denominados como excluídos são impelidos para fora da cidade e buscam o perfil de sujeitos, cidadãos (QUINTÃO, 2008).

Assim, os moradores de rua buscam seu lugar na sociedade e luta por cidadania. O lugar, por sua vez, traz o que se chama de dignidade para o ser humano, seja ele pertencente de qualquer grupo social. A dignidade humana faz com que o indivíduo seja cidadão e lute a cada dia por cidadania. No entanto, a realidade vivida no cenário social é totalmente diferente do contexto que é proposto.

Ao tratar-se da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, aborda-se que:

A presente Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo.

Na Constituição Federal de 1988, no seu Capítulo II – Dos Direitos Sociais, Art. 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Dessa maneira, há parceiros solidários que colaboram diariamente na busca por esses direitos.

4.2 Parceiros Solidários: A Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua

Ao vê-se que um grupo social se insere num território, e tendo em vista sua caracterização social, investiga-se se há ou não parceiros solidários que atuam de maneira social e voluntária no que diz respeito à políticas públicas ou anseios pessoais desses indivíduos.

Com isso, para investigar a origem e reflexos da territorialização dos moradores de rua na área central da cidade de Cajazeiras-PB, houve inicialmente uma busca por parceiros solidários que se relacionassem com esse grupo social no local de estudo. Para isso, vê-se a presença da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua que

traz consigo abordagens acerca de sua atuação para com os moradores de rua e frente à sociedade no espaço geográfico.

Com isso, percebe-se que há uma relação entre sociedade e espaço geográfico, tendo em vista que as relações sociais se consolidam no mesmo. Assim, Carlos (2007 p.20) afirma que:

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida.

Assim, a partir da percepção de território é possível observar as relações sócio espaciais presentes nele. E com isso, a Pastoral dos moradores de rua oferece subsídios para que aja uma melhor compreensão acerca das relações sociais existentes entre esse grupo social nas áreas centrais da cidade em estudo.

A partir da Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua (PNPSR, 2008), a grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais – 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

Entre os benefícios recebidos a se destacaram:

- Aposentadoria (3,2%)
- Programa Bolsa Família (2,3%)
- Benefício de Prestação Continuada (1,3%) (PNPSR: 2008).

No entanto, de acordo com as falas da amostra de moradores de rua, os mesmos não recebem os benefícios desses programas governamentais citados pela PNPSR (2008). Segundo a agente de pastoral (n=01, 28 anos), os moradores de rua recebem auxílio de uma Pastoral conhecida como “Anjos da Noite” que se insere na Paróquia São João Bosco, zona sul da cidade de Cajazeiras. Onde a mesma oferece uma sopa todas as noites de sábado para os moradores de rua.

Contudo, de acordo com a agente de pastoral (n=01, 28 anos) os serviços que o Estado oferece dizem respeito apenas aos serviços de órgãos públicos como hospitais, Unidades de Saúde da Família que devem ser disponibilizados para toda a sociedade.

A Pastoral Diocesana do Povo de Rua surgiu no dia 03 de Fevereiro de 2013, inicialmente com quatro agentes de pastoral, a partir de uma proposta feita por uma Irmã da Sagrada Face que residia na cidade de Fortaleza/CE, onde já trabalhava com esse grupo social por um período de um ano e meio. Mas, Hoje a Pastoral agrega uma população de 09 agentes de pastoral, compreendendo 05 mulheres e 04 homens, como mostra a (Tab. 3), abaixo:

Tabela 3 – Agentes da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua a partir do gênero

Nº DE AGENTES DE PASTORAL	GÊNERO
05	Feminino
04	Masculino

Fonte: Dantas (2017).

A partir da amostra de 04 Agentes de Pastoral que foram entrevistados por meio de uma entrevista semiestruturada, evidencia-se uma faixa etária de idade entre 28 a 47 anos como mostra a tabela abaixo. Onde, há 01 Agente de Pastoral solteira, 01 freira e 02 pessoas casadas, como mostra a (Tab. 4) a seguir.

Tabela 4 – Agentes de Pastoral e sua faixa etária de idade

AGENTE DE PASTORAL	IDADE
Agente de pastoral solteira	28 ANOS
Freira	37 ANOS
Agente de pastoral casada	44 ANOS
Agente de pastoral casado	47 ANOS

Fonte: Dantas (2017).

A Irmã Lúcia havia chegado à congregação da cidade em estudo e com pouco tempo trouxe para a comunidade, essa missão de evangelizar a vida dos pobres. A preocupação com essa realidade social advém da própria Irmã Lúcia, tendo em vista o bairro carente na qual a congregação se encontra como também as inúmeras pessoas que encontrou morando pelas ruas da cidade. Assim, houve um grande anseio de fazer com que essas pessoas enxergassem seu lugar na sociedade, mas que também soubessem lidar com a luta por território num espaço onde as pessoas segregam e excluem.

Ao tratar sobre os desafios encontrados na vivência da Pastoral Diocesana, a Agente de Pastoral (n=03, 44 anos) declara que “o maior desafio cotidiano da Pastoral Diocesana é ganhar a confiança de cada morador que chega às ruas”. A agente de pastoral (n=02, 37 anos), afirma que “foram mais de quatro meses de visita aos moradores para que eles conseguissem confiar sua vida á Pastoral”.

No entanto, a Agente de Pastoral (n=03, 44 anos), relata que “outro desafio encontrado na atuação da Pastoral Diocesana é fazer com que a sociedade acredite nesses indivíduos. Pois em alguns casos, o individuo sai das ruas, volta para a família, mas a sociedade não acolhe, sempre o despreza por ter feito parte desse grupo social”, alguns desafios estão expostos no quadro a seguir.

Quadro 1 – Desafios encontrados pelos Agentes de Pastoral frente aos moradores de rua ABNT

AGENTE DE PASTORAL	DESAFIOS
Agente de Pastoral (n=1, 28 anos).	Ganhar a confiança de cada morador que chega às ruas.
Agente de Pastoral (n=2, 40 anos).	Foram mais de quatro meses de visita aos moradores para que eles conseguissem confiar sua vida á Pastoral.
Agente de Pastoral (n=3, 44 anos).	Fazer com que a sociedade acredite nesses indivíduos. Pois em alguns casos, o individuo sai das ruas, volta para a família, mas a sociedade não acolhe, sempre o despreza por ter feito parte desse grupo social.
Agente de Pastoral (n=4, 47 anos).	Fazer com que a sociedade acredite nesses indivíduos.

Fonte: Dantas (2017).

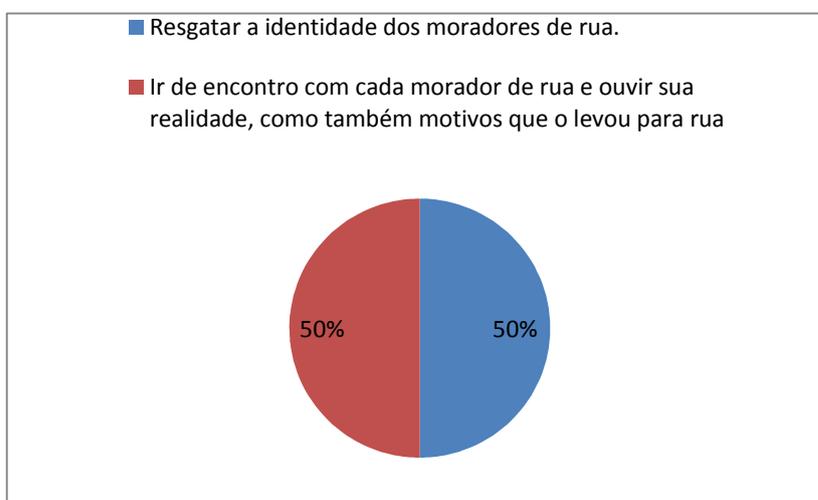
Assim, o quadro acima retrata os desafios que esses parceiros solidários enfrentam ao agir frente à sociedade e diante do grupo social, tendo em vista receios, fragilidades e exclusão social no qual esses indivíduos se encontram.

É visto que há objetivos e metas a serem seguidas pela Pastoral em estudo frente à população de rua. Assim, a agente de pastoral (n=03, 44 anos), afirma que:

O objetivo da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua é resgatar a identidade de cada morador que se encontra meio às ruas da cidade. E quando se fala em identidade não é apenas o papel, até porque muitos nem ao menos possui. Mas o que se pretende resgatar é a essência humana que não existe na vida desse grupo social.

Segundo a Agente de Pastoral (n=02, 37 anos), outro objetivo da Pastoral Diocesana do Povo de Rua é “ir de encontro com cada morador que se encontra pelas ruas, ouvir a realidade de vida que cada um se encontra, as violências que sofrem como também conhecer suas famílias e saber os motivos pelos quais se deparam entregues às ruas”. Essas ideologias perpassam os valores dos demais agentes de Pastoral, como mostra o (GRÁF. 7).

GRÁFICO 7 – Objetivos e metas da Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua



Fonte: Dantas (2017)

Assim, o que se percebe a partir do gráfico e dessas falas é um desejo mútuo de conhecer a realidade de outros indivíduos, outras classes sociais, outros costumes, ideologias, crenças. É nesse momento, que se pode enxergar uma geografia que permite o acesso a esses conhecimentos. Não é apenas uma geografia educacional voltada para conteúdos específicos de sala de aula, mas uma geografia que lida com grupos sociais distintos.

Com isso, é essa geografia que se busca em sala de aula, que vai além das paredes de uma instituição de ensino, mas que causa curiosidade em buscar as realidades inseridas no espaço geográfico seja no aspecto político, social, cultural ou econômico.

Diante dos objetivos traçados pela Pastoral Diocesana, vê-se que durante os dois primeiros meses de atuação da Pastoral, os territórios que por ventura, acolhiam os moradores de rua se encontravam vazios. Essa busca acontecia uma vez por semana no período noturno, tendo em vista a maior facilidade de encontrar essa população nas ruas da cidade.

Em relação ao sentimento dos agentes de pastoral para com os moradores de rua, vê-se um carisma e respeito mútuo entre eles. Assim, a agente de Pastoral (n=03, 44 anos), reflete essa indagação ao dizer que:

Hoje eu percebo o que os moradores de rua sofrem em busca de lugar e em busca de um acolhimento da sociedade. Em cada momento de visita, eles demonstram o desgosto por se sentirem como algo descartável. As pessoas olham com desprezo, com indiferença. Mas nós da Pastoral Diocesana somos muito felizes nesse trabalho comunitário.

O agente de pastoral (n=01, 28 anos), completa essas colocações ao retratar que:

O espaço é de todos, mas nem todos sabem se respeitar e respeitar o lugar do outro. Os moradores de rua se sentem como objetos. Eu mesmo antes de fazer parte da Pastoral Diocesana, olhava para cada um na rua e era como se não fosse nada. Mas quando paramos para pensar nossas atitudes conseguimos enxergar que o outro é gente como nós que temos abrigo e família.

4.3 O Debate entre o Direito, a Ausência do Estado e o Assistencialismo

A partir das constatações acerca das falas dos moradores de rua da área central da cidade de Cajazeiras-PB e os agentes da Pastoral Diocesana que foram entrevistados, foi possível perceber a presença de um Estado mínimo, tendo em vista a ausência de assistência à saúde e a vida dos moradores de rua.

Contudo, o que se pretende refletir nessa discussão é o direito a cidade, que cada morador de rua necessita ter, tendo em vista que mesmo com a sociedade fragmentada em grupos sociais, todos os indivíduos presentes no espaço geográfico possuem direito de cidadania, ou seja, serem reconhecidos como sujeitos inseridos no território.

Dessa maneira, tem-se que todos os indivíduos possuem o direito ao acesso de bens necessários à vida, como a moradia. Com isso, no que diz respeito aos moradores de rua, a moradia se caracteriza pelo cenário urbano da cidade, no qual eles se territorializam. No entanto, com o Estado ausente, há uma negação de direitos desse grupo social. Mas, existem parceiros apoiadores que trabalham voluntariamente com os moradores de rua, frente à ausência do Estado.

Assim, o pensar a sociedade e a luta por território, tendo em vista a diferença de classes sociais e os grupos que se fragmentam e se inserem no espaço geográfico, há o debate entre o assistencialismo frente o grupo social. No que diz respeito aos moradores de rua que territorializam na área central da cidade de Cajazeiras-PB, há uma preocupação no que se refere à assistência de políticas públicas que sejam necessárias para as condições de vida desses indivíduos.

Um fato muito importante que ser evidenciado e retrata a ausência de assistencialismo trata-se da atuação das políticas públicas mediante a luta por território. Pois, segundo a agente de pastoral (n=02, 37 anos),

Inicialmente os moradores de rua da cidade de Cajazeiras se abrigavam embaixo de plantas que existiam próximo à praça do skate. Nesse local tinha colchões e algumas coisas que formavam a casa deles, onde a copa das árvores tornavam-se os seus tetos e para quem não tinha colchões, as calçadas já eram o bastante para acolherem o sono de cada morador que ali se abrigava.

O que se percebe é que esse território foi escolhido tendo em vista a tranquilidade. No entanto, as árvores dessa praça pública foram cortadas absolutamente para desterritorializar essa população. Contudo, independentemente de ações governamentais, esse grupo social tem lugar na sociedade.

Assim, Santana e Castelar (2014 p.359) retrata a rua como habitat dos moradores de rua, onde em contrapartida há desterritorialização constante por parte do restante da sociedade com o próprio Estado. Com isso, reflete-se que:

Ao utilizar a rua como seu habitat, esses indivíduos vivenciam o preconceito e os estigmas sociais enraizados em uma realidade de esquecimento, naturalização e precária preocupação do Estado em formular e exercer políticas públicas que englobem as inúmeras necessidades desse público. Isso fortalece os conflitos interpessoais e

as dificuldades em manter um diálogo com os demais habitantes da cidade.

Dessa maneira, percebe-se uma grande incidência de exclusão social em torno do espaço geográfico. No entanto, há um documento de Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído por meio do Decreto s/nº, 25 de Outubro de 2006, com a perspectiva de oportunizar ações que beneficiem esse grupo social, como também o insira na sociedade como sujeito, cidadão (PNPSR, 2008).

Contudo, há um descaso nas políticas públicas que são oferecidas para a sociedade na cidade de Cajazeiras, tendo em vista que o CREAS e nenhum setor da Prefeitura da cidade apresenta documentação ou registro acerca dessa categoria. Como também, observa-se ligeiramente caso de exclusão social num ambiente que deveria ser acolhedor, por se tratar do socorro a vida humana. Diante disso, os 10 moradores de rua afirmam ser expulsos de Unidades de Saúde da Família (USF) e do Hospital Regional de Cajazeiras (HRC).

A agente de Pastoral (n=03, 44 anos) diz que “os postos de saúde não dão assistência, não acolhem porque estão fedendo, estão sujos. Na nossa cidade não tem centro de acolhimento de moradores de rua, nem políticas existentes que favoreçam esse grupo social”.

Os órgãos públicos falham no acolhimento às pessoas necessitadas e infelizmente o capitalismo é mantido como precursor dessas ações. Assim, Famílias de classes baixas são desapreciadas. Assim, no que diz respeito às políticas públicas e suas relações com a vulnerabilidade dos moradores de rua, Varanda e Adorno (2004 p. 660) retratam que:

A ausência, insuficiência ou inadequação de políticas públicas em relação ao processo de exclusão e vulnerabilidades cumulativas não significa somente uma posição de neutralidade ou incapacidade do estado em lidar com o problema da população de rua, mas pelo contrário reafirma a penalização do indivíduo pela situação em que ele se encontra.

O agente de Pastoral (n=04, 47 anos), afirma que “É preciso implorar atendimento nos hospitais. Foram vários dias tentando, para que J.G fosse atendido como as outras pessoas. Era como se o fato de ser morador de rua, o deixasse invisível e

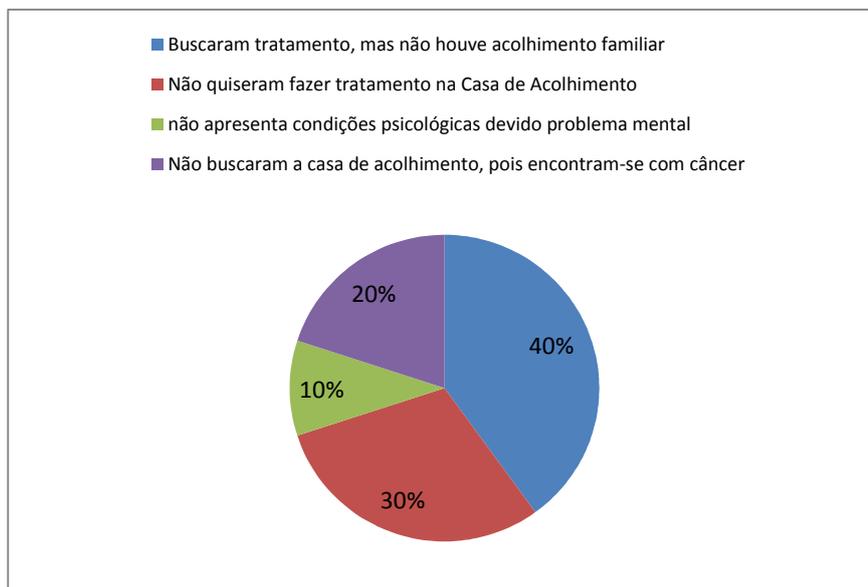
ninguém pudesse atendê-lo. Foram dias difíceis, mas conseguimos lutar por ele e pela sua saúde”.

Ainda a partir dessa realidade do morador de rua (n=05, 36 anos), foi dito pelo mesmo, ter passado dias no hospital sem os cuidados necessários como as demais pessoas. O que se entende, é que o espaço de determinados grupos sociais são fragmentados e envolvidos de forma isolada no território.

Ainda no que diz respeito ao assistencialismo para com os moradores de rua, tem-se a existência de tratamentos que colaboram para a recuperação pessoal desses indivíduos no que se refere às drogas e bebidas alcoólicas. Esse tratamento é orientado pela Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua, onde os mesmos são levados para a Casa de acolhimento Nova Betânia, localizada na cidade de Paulista-PB.

Nessa perspectiva, 04 moradores de rua foram levados à Casa de Recolhimento Nova Betânia, onde buscaram superação, no entanto não houve acolhimento familiar após seu retorno; 03 moradores de rua não quiseram fazer tratamento na Casa de apoio; 01 morador de rua não apresentou condições psicológicas de se encontrar na Casa, devido seu problema mental e 02 moradores de rua não conseguem ir à Casa de Recolhimento, pois se encontra em estado grave de Câncer.

GRÁFICO 8 - Busca dos Moradores de Rua pela Casa de Acolhimento Nova Betânia.



Fonte: Dantas (2017).

Segundo a agente de Pastoral (n=03, 44 anos), ao mencionar a Casa de Acolhimento, ela partilha que:

É uma casa de recuperação que acolhe dependentes químicos, formada por famílias missionárias que se doam ao trabalho de resgate e evangelização. As famílias são bem estruturadas, pais com filhos e decidem morar lá para viver essa missão. Cada família possui o seu espaço, porém, é dentro das instalações da Casa de acolhimento. A casa de recuperação começou a acolher os moradores de rua a partir da Pastoral Diocesana.

Diante da fala, observa-se um grande trabalho social para com essa população de rua, onde se deveria ter uma significativa participação de órgãos públicos e ações públicas para colaborar com esse trabalho. Com isso, ao tratar de política institucional e privatização imposta pela sociedade no que diz respeito aos serviços e direitos dos cidadãos, Santana e Castelar (2014 p.361) aborda que:

O poder institucional mantido pelo capitalismo age diretamente na população em situação de rua, onde a vulnerabilidade, a falta de recursos físico e mental são alvos utilizados para aumentar as desigualdades e as injustiças sociais voltadas para estes indivíduos que convivem com a cegueira perversa de uma sociedade que insiste em privá-los dos acessos à produção e distribuição de bens e riquezas.

Assim, percebe-se que não distribuição de bens e serviços adequados para esses indivíduos, ao passo que há possibilidades de atuações do Estado para contribuir na recuperação pessoal e social dos moradores de rua. O que há na verdade, uma interação apenas entre os agentes de Pastoral da cidade em estudo com os responsáveis pela Casa de Acolhimento Nova Betânia.

Segundo o Agente de Pastoral (n=04, 47 anos), ao passo, que o morador de rua aceita ir ao encontro da Casa de Acolhimento Nova Betânia para buscar tratamento, o mesmo reside cerca de um ano na casa, para no fim do período escolher fazer parte dessa missão ou retornar à sua cidade. Assim, retornando cabe ao morador decidir sua vida, como também é papel e escolha da família acolher ou não o membro no seu lar.

No que diz respeito à ausência do estado, tem-se uma deficiência em redes de apoio que acolham os moradores de rua em aspectos psicológicos, sociais, econômicos e relacionados à saúde. Mas também, carece pensar estratégias sociais que preparem esses indivíduos para um futuro reingresso no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período das cidades pré-capitalistas que há incidências de indivíduos que apresentam más condições de vida e menores oportunidades de ofertas de trabalho. No decorrer dos tempos, o espaço geográfico vem se configurando a partir de relações de classes e uma diversidade de grupos sociais que se inserem no território.

Dentre os grupos sociais que se caracterizam no espaço, tem-se o grupo dos moradores de rua que ocupam determinadas áreas da cidade em busca de sobrevivência, e faz das ruas, a sua própria casa, seu lugar, seu território existencial.

A partir do contato com os agentes da Pastoral Diocesana do Povo de Rua, como também com os próprios moradores que se inserem nas áreas centrais da cidade de Cajazeiras-PB, foi possível compreender as causas que originaram a territorialização dos moradores de rua, e também os reflexos dessa dinâmica para esse grupo social, mas também para a sociedade.

O que se percebeu é que há fatores responsáveis pela ocupação desses indivíduos no território, como drogas, problemas mentais, bebidas alcóolicas e conseqüentemente o abandono familiar. Com isso, ao passo que esses indivíduos se inserem nas ruas da cidade, enfrentam nitidamente a exclusão social acompanhada da ausência de um assistencialismo do Estado por meio de políticas públicas e bom atendimento em órgãos públicos.

Lamentavelmente, a partir das falas dos próprios moradores de rua, como também dos agentes de pastoral, foi possível perceber que esses indivíduos são menosprezados pelo restante da sociedade em órgãos públicos, nos quais deveria prestar assistência adequada, tendo em vista o socorro à vida humana.

Ao se tratar dos reflexos dessa territorialização, identificou-se que os moradores de rua sofrem com o subemprego, com as mínimas condições de alimentação, como também com a menor oferta de trabalho. Foi possível perceber, que a rua é vista como o seu lugar, onde se cria laços de amizade entre os moradores de rua e o território existencial desse grupo social se localiza na área central da cidade de Cajazeiras-PB, tendo em vista o maior fluxo de pessoas, o que facilita a forma que eles encontram de pedir dinheiro, comida ou vender algum material que confeccionam com sucata.

Perante o exposto, observou-se que os fatores que implicaram na permanência dos moradores de rua no território foram, a ausência de outras escolhas de vida, rejeição familiar e o sentimento de liberdade que a rua oferece. Contudo, as condições de trabalho são gritantes, tendo em vista que os moradores de rua sobrevivem a partir de descarrego de caminhões e carrocerias, confecção de objetos de sucata e queima de lenha.

Como alternativa para buscar assistência adequada para os moradores de rua, seria políticas públicas que se relacionassem com as ações sociais dos agentes da Pastoral Diocesana do Povo de Rua, onde busca tratamento e recuperação para esses indivíduos na Casa de Acolhimento Nova Betânia.

Dessa maneira, o Estado poderia oferecer medidas que colaborassem com o trabalho social da Pastoral, como também criasse laços com a Casa de Acolhimento Nova Betânia. No mais, a sociedade poderia olhar os moradores de rua com menos rejeição, isso acabaria com a desterritorialização desses indivíduos que não possuem um lar e fazem das ruas, a sua casa.

Em virtude da problemática abordada e da realidade social dos moradores de rua, acredita-se que esses indivíduos consigam futuramente ocupar as ruas da cidade de maneira que não denigra o cenário urbano, como também que estejam isentos de rejeições, humilhações e maus tratos por parte da sociedade, tornando- os incluídos na mesma.

O que não se pode esquecer são os votos de mudanças para que o Estado tome iniciativas adequadas para com os direitos dos moradores de rua, como sujeitos presentes na sociedade e que colabore com o papel social e benéfico da Pastoral Diocesana do Povo de Rua.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

Araújo, Valéria de Fátima Chaves. **Política nacional para a população em situação de rua: breve análise** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2012. Acesso em 12 de outubro de 2016.

ARARÀ, Adriano Silva Nazareno. **A abrigagem de “moradores de rua”: Um estudo sobre as trajetórias de exclusão e expectativas de reinserção**. Porto Alegre, 2009. Acesso em 06 de novembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003a.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito. Apresentação. Rio de Janeiro, 2012a.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012b.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 10719**: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro: 2011a.

_____. **NBR 12225**: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2011b.

_____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011c.

BARTOLY, Flávio. **Debates e Perspectivas do Lugar na Geografia**. UFF, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4QhFMY9qAzkJ:www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/454/325+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em : 01 de novembro de 2016

BURSZTYN, M. **Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão**. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BRASIL. **Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Extraído de [[http://www.planalto.gov.br / ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)]

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, DF, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O LUGAR NO/DO MUNDO**. São Paulo: Labur Edições, 2007. (edição digital)

CAVALCANTE, V. L. U. **A centralidade da cidade de Patos-PB: um estudo a partir de arranjos espaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: UFPB, 2008. Disponível em http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/vilma_cavalcante.pdf. Acesso 15 de outubro de 2016.

CHRISTOPOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: DEFEL, 1985.

CLAVAL, P. **O Território da transição da Pós-Modernidade**. IN:Revista Geographia. Ano 1 – nº2, 1999.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. Acesso em 10 de novembro de 2016.

COUTO, Marcos Antonio Campo. **VISIBILIDADE DO INVISIVEL: CONCEITOS E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA**. Revista Tamoios. 2006. (edição digital)

FURINI, Luciano Antônio; GOES, Eda Maria. **A segregação forçada da população de rua em Presidente Prudente (SP)**. In: IV Forum de ciências da FCT/ UNESP. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/index.php?CodigoMenu=1336...1350...1339>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo. Centauro, 2001.

LUCENA, Wagner Leite de. **Território de exclusão: a distribuição espacial da população de rua do centro de Patos-PB**. Cadernos do Logepa, v. 8, n. 1-2, p. 103-126, 2013. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/logepa/article/view/12704/9700>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

MACIEL, V. R. **Os herdeiros da miséria: o cotidiano de mendicância no centro de Fortaleza.** Dissertação (mestrado em políticas públicas e sociedade). Fortaleza. UECE, 2004. Disponível em: <<http://www.uece.br/politicaseuece/index.../54-valneyrochamaciell?tmpl>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

MAGALHÃES, J. A. de. **Articulações territoriais: uma cartografia da atenção à população em situação de rua.** 2015. 85p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015. Acesso em 07 de outubro de 2016.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua.** *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2016.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. Brasília, Outubro de 2016.

Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. 2008.

Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. Governo Federal. Brasília/DF. Maio de 2008.

Política Nacional para a População em Situação de Rua. Governo Federal. Novembro de 2013.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **O sujeito (oculto) e a cidade: A arte de Wodiczko.** *Psicanálise e cultura*, São Paulo, 2008, 31(46), 104-107. Acesso em 12 de novembro de 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTANA, Vanessa Silva; CASTELAR, Marilda. **A população em situação de rua e a luta pela cidadania.** Revista Baiana de Saúde Pública, v. 38, n.2, p.357-369. Abr./jun. 2014. Acesso em 14 de Outubro de 2016.

SANTOS, Daiane dos. **O retrato do morador de rua na cidade de Salvador-BA: Um estudo de caso.** Acesso em 10 de novembro de 2017.

SILVA, C. H. da. **Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de uma ação social.** In: Revista Geografar. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009

SILVA, M. L. L. **Mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil: 1995-2005.** 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006>. Acesso em 01 de outubro de 2016

SOUZA, Cintia Amélia de; Fortini, Priscila Ferreira. **Vozes da rua: um relato de experiência com moradores de rua.** Acesso em 20 de outubro de 2016.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis Urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** Acesso em 12 de novembro de 2016.

VICENTE, Cenise. “Campinas”. In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). **População de Rua: Brasil e Canadá.** São Paulo: Hucitec, 1995.

APÊNDICES

**APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O
MORADOR DE RUA**



ENTREVISTADO nº _____

I - DADOS PESSOAIS:

Sexo: _____

Estado Civil: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

II ORIGEM E REFLEXOS DA VIDA NA RUA

Há quanto tempo vive na rua? Porquê _____

O que causou sua ida para a rua e lhe tornou morador de rua ? _____

Qual a área da cidade que você se mais gosta de ficar? _____

Você já foi expulso de alguma área pública? _____

Porque você permanece na rua? _____

Existe um arrependimento de ter feito essa escolha de vida? Por quê? _____

Qual é o sentimento de viver em situação de rua? _____

Existem casos suicidas entre os moradores de rua da cidade de Cajazeiras-PB?__

Você já foi a uma casa de apoio? _____

Houve superação? Sim () Não (). Por que?_____

Existe laços de amizades entre os moradores de rua?_____

Como as pessoas da cidade tratam os moradores de rua?_____

Como você consegue alimentação?_____

Quais as formas de trabalho na rua?_____

III POLÍTICAS PÚBLICAS E A PASTORAL DIOCESANA DOS MORADORES DE RUA

Existe ajuda do governo para os moradores de rua?

() Sim () Não

Como os órgãos públicos acolhem vocês? Como postos de saúde, hospitais, delegacias, prefeitura. _____

Você já foi excluído em algum órgão público?_____

OBRIGADO POR SUA ATENÇÃO E COLABORAÇÃO!

Data: ____/____/____

**APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
PARA OS INTEGRANTES DA PASTORAL DIOCESANA DOS MORADORES
DE RUA**



ENTREVISTADO nº _____

I - DADOS PESSOAIS:

Sexo: _____

Estado Civil: _____

Idade: _____

Como você se sente fazendo parte desse trabalho com moradores de rua? _____

Há quanto tempo você faz parte da Pastoral Diocesana dos Moradores de rua? _____

II DADOS DA PASTORAL DIOCESANA DOS MORADORES DE RUA

Quem originou a Pastoral Diocesana dos Moradores de Rua?

Quando e como se iniciaram os trabalhos da Pastoral? _____

Quantos integrantes fazem parte da Pastoral Diocesana dos Moradores de rua _____

Quais os objetivos da Pastoral? _____

Quais os principais desafios encontrados pela Pastoral? _____

Quantos moradores de rua são observados na área central da cidade de Cajazeiras?

III POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES SOCIAIS

Existe políticas públicas e ações sociais que colaborem com o trabalho da Pastoral? _____

() Sim () Não. Por quê? _____

Você já presenciou alguma atitude de exclusão por parte de algum órgão público para com os moradores de rua?

Existe alguma casa de apoio para acolher os moradores de rua? Sim () Não (). Como é o trabalho da casa de apoio? _____

Qual o papel das ações sociais para essa população de rua? _____

OBRIGADO POR SUA ATENÇÃO E COLABORAÇÃO!

Data: ____/____/____